



MOÇÃO GLOBAL DE ESTRATÉGIA

AGIR POR + IGUALDADE

1º Subscritor

Duarte Cordeiro

Militante n.º 67367

+ e melhor educação + e melhor habitação + e melhor emprego
VAMOS PÔR AS NOSSAS IDEIAS A MEXER!

Duarte Cordeiro para secretário geral



1. Apresentação

O mandato dos órgãos nacionais da Juventude Socialista que se inicia com o XVI Congresso Nacional coincidirá com um período decisivo para a nossa estrutura, para o Partido Socialista e para o país.

O próximo mandato será marcado pelas Eleições Regionais nos Açores e pelas Eleições Europeias, Legislativas e Autárquicas em 2009. Em todos estes momentos colocam-se à JS duas tarefas fundamentais: esclarecer os cidadãos e os militantes do que foi feito nos Governos, Parlamentos e órgãos autárquicos nos respectivos mandatos e de acrescentar novos objectivos e propostas aos programas políticos do PS.

Para esclarecer os cidadãos temos de assegurar que nós próprios constituímos uma organização esclarecida e preparada para o debate. Temos de saber o que foi feito para podermos defender de forma consciente e crítica o trabalho realizado, mas também para sermos capazes de ir mais longe e acrescentarmos ao programa do PS as medidas necessárias à melhoria da qualidade de vida dos jovens e das jovens portuguesas.

Contudo, estes objectivos só fazem sentido se apresentarmos uma perspectiva crítica na análise ao trabalho do PS e na defesa de novas ideias e medidas. À JS interessa particularmente perceber o que foi feito no capítulo da redução das desigualdades sociais e das desigualdades de direitos entre os cidadãos, de forma a habilitar-se a acrescentar as suas propostas em reforço desses objectivos.

A redução das desigualdades, a promoção da igualdade, figura como um fim nos Estatutos da Juventude Socialista como objectivo e princípio orientador. A esmagadora maioria dos militantes da JS aderiram a esta estrutura movidos pela vontade de construir uma sociedade mais justa, mais solidária, menos desigual e menos discriminatória. A promoção da igualdade é o valor que nos distingue da direita conservadora e que caracteriza o projecto político de uma organização de juventude que se reclama do socialismo democrático.

Agir por mais igualdade é procurar perceber a governação do PS e os seus bons resultados, mas é também evitar o deslumbramento com os nossos feitos. Passa por assumirmos a nossa insatisfação com a desigualdade social no nosso país. Passa por percebermos que reduzimos as desigualdades em diversas áreas, mas também que esses resultados não nos devem satisfazer, particularmente perante um aumento considerável do custo de vida que tem prejudicado os mais desprotegidos socialmente. Passa por procurarmos lembrar as pessoas do ponto de partida em que encontrámos o País, mas também por não ignorarmos as

dificuldades que os portugueses sentem diariamente e para cuja redução temos de contribuir. Passa por não desperdiçarmos o que alcançámos, nem por deixar de apoiar os que mais precisam das políticas públicas. As recentes dificuldades que o País tem atravessado têm revelado que os Portugueses contam com o desempenho pelo Estado de um papel de regulação da economia e de promoção de políticas sociais de apoio aos mais desfavorecidos, e que a consciência política dos Portugueses é contrária a intervenções neo-liberalizantes, que procuram reduzir o Estado a um mínimo insensível e incapaz de dar respostas aos problemas sociais da comunidade.

Em termos económicos estamos envolvidos num contexto internacional exigente. Este momento representa uma boa oportunidade para reflectirmos sobre o nosso papel, como jovens socialistas, no contexto económico internacional e no papel que nos é reservado na sua ultrapassagem.

A ninguém é alheia a actual turbulência macroeconómica originada nos EUA. Foi a existência de mercados desregulados e excessivamente liberalizados que permitiu a criação de produtos financeiros de alto risco associados a habitações de pessoas com poucos rendimentos. Esta desregulação e liberalismo surge após anos e anos de confiança num sistema sem regras e que acreditava nos ajustamentos automáticos do mercado. Foi a crítica constante às intervenções do Estado que permitiu que esta crise tivesse acontecido sem que o Estado pudesse ou tivesse a capacidade de a controlar.

Essa incapacidade permitiu a movimentação de capitais com fins meramente especulativos que inicialmente sobrevalorizaram esses produtos financeiros, os chamados “subprime”, para depois os desvalorizar ao ponto de fazer rebentar uma bolha especulativa de preços que acabou por criar consequências gravíssimas na vida de milhares de pessoas, que perderam as suas casas. No contexto desta crise, os especuladores enriqueceram sem produzir ou criar riqueza e à custa dos mais desfavorecidos.

Esses capitalistas e os seus capitais especulativos “fugiram” para os mercados de matérias-primas, como o petróleo ou os bens alimentares, com o objectivo de repetir os seus lucros. O preço do petróleo está já perto dos 140 dólares, o barril, sem previsão de descida, e a escalada nos preços dos bens alimentares já provoca a fome à população de mais de 40 países.

Estima-se que 1/3 do preço do petróleo esteja relacionado com a especulação. De acordo com o Relator da ONU, para o direito à alimentação, o factor mais relevante para o aumento dos preços dos bens alimentares são os capitais especulativos. Obviamente existem outros factores como aumento do preço do petróleo, o aumento da procura na Índia e na China e o

aumento da utilização destes bens alimentares para a produção de biocombustíveis, mas a especulação é o único que justifica uma subida tão acelerada dos preços.

Para além do aumento dos preços do petróleo e dos bens alimentares estamos também condicionados por um Banco Central Europeu que se recusa a baixar a taxa de juro, e provavelmente continuará a aumentá-la. Está obcecado com a inflação, indiferente ao facto da maioria dos países da UE, como Portugal, verem os seus encargos financeiros com as dívidas das famílias e do Estado a aumentarem. Esta taxa de juro tem como efeito a retracção do consumo e o estrangulamento das famílias mais endividadas, especialmente as com crédito à habitação.

Por contraste nos EUA, a Reserva Federal Americana, têm mostrado que é possível ter simultaneamente em consideração o crescimento económico e a inflação procurando a todo o momento estimular o crescimento da economia americana.

Portugal está igualmente condicionado por um enorme controlo orçamental, na União Europeia, através do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Estamos obrigados a manter o défice abaixo dos 3%. No início de 2005 tínhamos um défice estimado de 6,1% e agora é de 2,6%. Este Pacto não distingue investimento de despesa, para efeitos do défice, o que significa que prejudica os países com maiores necessidades de desenvolvimento. No actual momento em que assistimos a uma contracção das principais economias mundiais, o que previsivelmente fará diminuir as nossas exportações, e o Governo procura compensar esse impacto com um reforço do investimento percebemos que este esforço terá efeitos negativos no controlo do défice.

Se a actual conjuntura económica internacional representa a falência dos modelos liberais e demonstra a importância da intervenção do Estado na Economia, a verdade é que a não existência de modelos alternativos força o constante recuo do Estado. A arquitectura e a política económica europeia têm forçado a uma redução das transferências sociais do Estado, à redução da intervenção do Estado Social oferecendo cada vez mais instabilidade e incerteza.

Mesmo nos EUA e na Grã-Bretanha, tem sido o Estado a reequilibrar e a restaurar a confiança nos mercados, através da compra de crédito mal parado, nos EUA, e até através da nacionalização de um Banco, na Grã-Bretanha. Torna-se cada vez mais necessário contribuir para encontrarmos soluções nacionais e internacionais que regulem e defendam as economias e as pessoas mais desfavorecidas deste “mercado” e permitam a coabitação com o Estado social.

E por mais longínqua que nos pareça a Europa não nos demitimos de ter a nossa opinião, de querer reformar o Pacto de Estabilidade e Crescimento, para que discrimine positivamente o Investimento nos países com maiores necessidades de convergência, ou permitir défices mais elevados, e defender que a União Europeia reforce o seu Orçamento para compensar e reforçar as políticas orçamentais nacionais para a convergência.

Mesmo sabendo que Portugal tem hoje todos estes condicionalismos e apenas o Orçamento, como ferramenta de gestão, para promover o nosso crescimento económico, para a JS esse crescimento económico nacional e a redução do défice deverão representar oportunidades para promover a redução da desigualdade social.

Neste contexto adverso, Portugal cresceu 1.9% em 2007. Para 2008, mesmo revendo o crescimento em baixa prevemos crescer, 1,5%, tanto como nos anos de 2002 a 2004 somados (Governo PSD).

O compromisso com a redução de desigualdade social tem impactos muito positivos no desenvolvimento do país. Geralmente está associado a uma distribuição mais equilibrada entre os rendimentos do trabalho e do capital, com um impacto positivo no consumo e por sua vez na procura e no investimento.

De acordo com os resultados da análise do INE, publicada em Janeiro de 2008, quanto aos Rendimentos e condições de vida, verificamos que reduzimos a pobreza em Portugal.

Tínhamos em 2004 uma taxa de pessoas de risco de pobreza de 20% (pessoas com rendimentos abaixo de 60% da mediana do rendimento per capita do nosso país). Em 2005 baixámos para 19% e em 2006 para 18%. Na UE, a 25, essa taxa é de 16% e na vizinha Espanha é de 20%.

Também reduzimos o fosso entre os mais ricos e os mais pobres. De acordo com o indicador que compara o décimo da população portuguesa mais rica com o décimo da população portuguesa mais pobre, Portugal evoluiu de 12,3% em 2004 para 11,9% em 2006.

Mas ainda queremos que o PS assuma a redução da taxa de risco de pobreza como um desafio para a próxima Legislatura a par da promoção do crescimento económico e da criação de emprego.

Queremos reduzir a taxa de risco de pobreza para 16%, em linha com a média da União Europeia, bem como convergir nos indicadores que medem o peso dos mais ricos sobre os mais pobres.

Medidas como o reforço do abono de família, o aumento do salário mínimo, o complemento solidário para idosos, a criação do escalão do IRS de 42% contribuíram para a redução das desigualdades mas continuamos a ser dos países com maior desigualdade social na Europa.

Perante esta leitura da conjuntura internacional e nacional, das metas definidas e dos resultados alcançados, temos de pôr as nossas ideias a mexer.

Queremos Agir por + Igualdade.

2. Mais e melhor Emprego para tod@s

Como referimos, o crescimento económico é o motor de qualquer política de emprego ambiciosa. Perante uma conjuntura económica difícil, e não obstante a identificação de assinaláveis avanços no decurso da governação do Partido Socialista nos últimos três anos, é da maior centralidade reforçar as medidas de promoção da empregabilidade entre os jovens

A taxa de desemprego, no início de 2005 foi de 7,5%, quando no início de 2002 era apenas de 4,4%. Apesar da taxa de desemprego em 2007 ter sido de 8,0%, no primeiro trimestre deste ano foi já de 7,6%, ou seja, já começa a ceder para os valores que encontrámos. Esta taxa cohabita com um aumento do emprego, cerca de mais 95.000 postos de trabalho.

No entanto estima-se que 20% dos trabalhadores em Portugal tenham contratos de trabalho precários. Estima-se até que a grande maioria dos trabalhadores, especialmente os mais novos, comecem com contratos precários. Neste contexto o Governo reforçou as políticas activas de emprego. Cerca de 30,6% dos abrangidos pelas políticas activas de emprego do IEFP são jovens até aos 25 anos e 60% são jovens até aos 34 anos de idade. Os Estágios profissionais foram 65.857 desde o início de 2005 até 2007. Estes têm uma taxa de empregabilidade de cerca de 70%. Os Estágios InovJovem e InovContacto foram cerca de 5.458 até 2007. Os primeiros com uma taxa de empregabilidade de cerca de 90% e os segundos de 46%.

Para além destas medidas o Governo propôs ainda, recentemente, alterações ao código de trabalho com o objectivo de reduzir a precariedade, como por exemplo a alteração da presunção legal de existência dum contrato de trabalho, que facilita a fiscalização, a limitação a três anos a duração do contrato de trabalho a termo certo ou a interdição de estágios profissionais extra-curriculares não remunerados.

Os dados estatísticos mais recentes revelam dois factores de particular preocupação quanto ao emprego jovem: por um lado, as taxas de desemprego entre os jovens revelam-se mais elevadas do que em relação às restantes faixas etárias da população activa, e, por outro lado, é também entre as camadas mais jovens da população que encontramos níveis mais elevados de precariedade laboral.

Acresce ainda que a população jovem menos qualificada apresenta índices mais elevados de desemprego e de precariedade, permanecendo em ambas as situações durante mais tempo e obtendo prémios salariais mais baixos.

É neste contexto difícil que nos parece incontornável um reforço das políticas públicas de empregabilidade jovem, apostando na qualificação, no combate à precarização das relações laborais e na aposta em incentivos para o empreendedorismo jovem. O caminho trilhado pelo governo do Partido Socialista tem apontado precisamente nesse rumo, cumprindo-nos, porém, identificar novas formas de reforçar e diversificar as iniciativas em curso.

2.1. Apoio e diversificação da qualificação

O primeiro passo a adoptar no quadro das políticas de emprego passa necessariamente pela aposta na qualificação dos trabalhadores jovens. Apesar de a população jovem actual representar a mais qualificada das gerações de portugueses, que beneficiou das vantagens do sistema educativo público, aberto a todos, oferecidas pelo regime democrático, há ainda que reconhecer que o nível de qualificação alcançado não é o ideal e implementar medidas destinadas a colmatar as lacunas do sistema. Assegurar um reforço da qualificação acarreta a oferta de melhores perspectivas de carreira, empregabilidade e progressão no mercado laboral aos jovens em situação de menor vantagem. O combate às desigualdades de resultado passa necessariamente pela intervenção a este nível, recuperando para o lote dos trabalhadores qualificados aqueles que, na maior parte das vezes por dificuldades económicas, não puderam concluir o seu percurso de formação. A Juventude Socialista deve, pois, assumir o seu empenho na manutenção e reforço do rumo traçado pelas medidas em vias de implementação pelo governo.

Importa desde logo reforçar a indispensável conexão entre a formação formal e o mercado de trabalho, fomentando mecanismos que assegurem a transição do mundo académico para o mundo laboral, articulando as políticas de ensino com as políticas laborais. Não dispensando a dimensão essencial do Ensino Superior associada à transmissão de conhecimento e à investigação, é importante construir um modelo de universidades e politécnicos com uma

componente vocacionada para fornecer também uma formação adequada às necessidades do mercado de trabalho e do estudante. Essa melhor estruturação entre as Instituições de Ensino Superior e o mundo do trabalho representa um desafio para ambos os domínios, forçando a academia a quebrar a sua tendência isolacionista ao mesmo tempo que se demonstra ao tecido empresarial as mais-valias que pode retirar da colaboração com investigadores e centros de experimentação universitária e politécnica.

Para além da atenção assente na articulação entre o Ensino Superior e o mercado de trabalho, é igualmente necessário assegurar que nos diversos níveis de ensino se vai promover o desenvolvimento de parcerias entre o sistema educativo e a sociedade, podendo destacar-se alguns tipos de programas a promover:

- Estágios curriculares nos anos mais avançados do ensino secundário;
- Acompanhamento dos gabinetes de orientação profissional e vocacional por entidades externas à escola, diversificando de forma descomplexada o leque de opções à disposição dos alunos e incrementando a quantidade de informação disponibilizada;
- Desenvolvimento de colaboração entre escolas e empresas para desenvolvimento de projectos de ensino profissionalizante com uma dimensão prática.
- Queremos assegurar a implementação de um Gabinete de apoio à Empregabilidade em todas as Instituições de Ensino Superior até 2013;

2.2. Combate à precariedade

Uma das principais fontes de preocupação e dificuldades sociais dos jovens portugueses decorre dos desafios levantados pela precariedade laboral. No contexto do recente pacote de revisão das relações laborais, o Governo tem demonstrado estar atento aos sinais recebidos da sociedade e à necessidade de intervir. Cumpre à Juventude Socialista apontar algumas das opções a tomar.

A. Erradicação dos estágios profissionais não-remunerados

Uma das mais flagrantes formas injustiça e exploração na sociedade portuguesa contemporânea é a que decorre da existência e proliferação de estágios não remunerados de cariz não académico. Aproveitando da situação de fragilidade dos jovens em busca do primeiro

emprego, deparamos com verdadeiros cenários de prestação de trabalho a custo zero, com total desrespeito pelos direitos e dignidade dos trabalhadores jovens.

Particularmente gritante é a situação com a qual se deparam os jovens que carecem de concluir um período de estágio como condição de inscrição em ordens profissionais em que, por falta de efectiva fiscalização por parte das próprias ordens profissionais e, nalguns casos, complacência com o sistema vigente na prática, deparamos com jovens qualificados sem retribuição pelo trabalho prestado, realidade à qual vem acrescer o pagamento de quantias não negligenciáveis para inscrição nos cursos de estágio. O sistema vigente tem vindo a demonstrar a sua iniquidade, restringindo o acesso a determinadas profissões a quem tem capacidade financeira para suportar o período de estágio, permitindo uma dificuldade corporativa no acesso à profissão e fechando os olhos à quase exploração do trabalho qualificado dos jovens profissionais.

À realidade descrita, acresce ainda a situação igualmente grave dos estágios profissionais não remunerados e que não representam sequer condição prévia para o exercício de determinadas profissões, em que a necessidade de obter prévia experiência profissional conduz a idênticas situações de aproveitamento da mão-de-obra jovem, sem contrapartidas financeiras de qualquer tipo. Igualmente gravoso é o recurso a expedientes cujos efeitos são idênticos, mas que procuram mascarar situações de exploração com uma aparência de trabalho voluntário.

A Juventude Socialista tem, pois, de se empenhar na procura de um novo enquadramento legislativo para a realidade dos estágios profissionais, enquadrando estes aspectos do problema no debate em curso sobre a Reforma das Relações Laborais. Para além da intervenção legislativa, contudo, é necessário continuar o caminho do reforço da fiscalização, como forma de prevenir a exploração que grassa em certas áreas profissionais.

Finalmente, em relação aos estágios curriculares de cariz obrigatório, que apesar de se encontrarem ainda num período de transição entre a conclusão da formação académica e o início da actividade profissional, a Juventude Socialista deve propugnar pelo reconhecimento desse carácter de transição, através da consagração de políticas de discriminação positiva, através da isenção de propinas, e de bolsas de alojamento e alimentação, quando necessárias a deslocação do local de estudo ou residência.

B. Incentivos aos estágios profissionais

Ainda no campo dos estágios, mas agora no que respeita à dimensão da promoção de incentivos à sua realização de forma remunerada e como antecâmara para a entrada numa actividade profissional estável, a Juventude Socialista deverá defender o alargamento dos

incentivos fiscais às empresas que recebam e assegurem estágios e depois integrem jovens nos seus quadros e, particularmente, um reforço em 5000 vagas por ano do número de jovens abrangidos pelos programas de estágios profissionais.

Também no que respeita à Administração Pública, na linha do objectivo de rejuvenescimento e qualificação dos novos trabalhadores dos serviços públicos, se deve reforçar a aposta nos programas de estágios profissionais, quer junto da Administração Central, quer junto da Administração Local e Regional, como via de acesso às funções públicas em caso de conclusão com aproveitamento do período de estágio.

C. Fim do recurso abusivo aos recibos verdes

Em relação ao recurso abusivo aos recibos verdes, ou seja, à formalização de verdadeiras relações laborais sob a forma de contratos de prestação de serviços, as medidas em discussão por iniciativa do Governo representam um primeiro sinal positivo para a sua erradicação.

Assim sendo, para além das alterações ao quadro legal, a Juventude Socialista tem de defender um ainda maior reforço da fiscalização em termos de recursos humanos e meios materiais. A repressão e punição de comportamentos ilegais no domínio das relações laborais são indispensáveis, devendo mesmo apontar-se no sentido do agravamento das molduras contra-ordenacionais, para que não advenha a tentação de interiorizar o pagamento das coimas como custos da actividade desenvolvida. Contudo, é igualmente importante a aposta numa abordagem pedagógica e formativa das entidades empregadoras, incentivando e premiando as boas práticas neste domínio. À semelhança dos prémios para boas práticas de igualdade de género nas empresas, a Juventude Socialista deve apostar na promoção de prémios para boas práticas de integração de trabalhadores jovens e qualificados, recusando o recurso a práticas precarizadoras das relações laborais.

D. Reforço da fiscalização

No centro de grande parte das medidas de combate à precariedade releva a actuação dos órgãos da Administração Pública responsáveis pela repressão das práticas laborais ilícitas. Assim sendo, impõe-se o aumento das acções inspectivas e de fiscalização com visibilidade, através de um indispensável reforço dos meios financeiros e humanos da recém-criada Autoridade para as Condições de Trabalho, já a partir do Orçamento de Estado para 2009.

2.3. Empreendedorismo

No plano das políticas de emprego, a aposta nos incentivos ao empreendedorismo jovem deve igualmente manter-se no centro das prioridades da Juventude Socialista para a criação de emprego. Para além de representar uma fonte essencial da emancipação jovem, a aposta no empreendedorismo jovem é igualmente uma aposta fulcral na promoção do investimento interno e na qualificação do tecido empresarial.

A. Plano Nacional para o Empreendedorismo Jovem

Assim sendo, urge o estabelecimento de uma visão integrada das múltiplas facetas da questão, através da implementação de um Plano Nacional para o Empreendedorismo Jovem focado, nomeadamente, na articulação com as instituições de ensino secundário e superior, na formação profissional especializada, no incentivo de meios de desburocratização e simplificação de procedimentos administrativos para projectos apresentados por jovens e na articulação com as políticas de desenvolvimento regional, particularmente em zonas mais desfavorecidas do interior.

B. Reconhecimento a projectos de excelência

Seguindo a mesma lógica referida anteriormente de premiar as boas práticas identificadas no tecido social, o desenvolvimento de parecerias para o empreendedorismo jovem deve igualmente merecer o reconhecimento pelas entidades públicas, motivando as autarquias locais e a administração central a desenvolverem incentivos para o financiamento de projectos de excelência e inovação, com particular destaque para as áreas cujo desenvolvimento tem vindo a ser promovido pelo actual Governo, as das novas tecnologias de informação e do aproveitamento de fontes de energia renováveis.

3. Mais e melhor Habitação para tod@s

No quadro da emancipação dos jovens e das jovens portuguesas, o acesso à primeira habitação deve representar outras das prioridades estruturantes das políticas públicas a promover pela Juventude Socialista. A experiência de anos recentes tem vindo a demonstrar que o impacto de pequenos investimentos públicos neste domínio se repercute de forma extremamente positiva no processo de autonomização profissional, social e familiar dos jovens,

começando também a ficar demonstrado o seu papel na recuperação e repovoamento dos centros urbanos das grandes cidades.

3.1. Arrendamento jovem

O apoio ao arrendamento da primeira habitação tem representado um traço da política de habitação para jovens nos últimos anos e muito tem contribuído para a emancipação de milhares de portugueses que têm podido beneficiar dos incentivos públicos neste sector. A Juventude Socialista deve manter no topo das suas prioridades o acompanhamento da nova regulamentação dos incentivos, hoje enquadrados através do Programa Porta 65.

É neste contexto que cumpre sublinhar a importância do apoiar a criação de mobilidade residencial, procurando estimular estilos de vida mais autónomos por parte dos jovens, diminuindo a excessiva dependência da política de habitação em relação à aquisição de casa própria, de forma a tornar mais justo e eficiente o apoio público ao arrendamento por jovens.

Uma das preocupações do novo programa Porta 65 foi precisamente a de assegurar que, perante a necessidade de racionalizar o acesso aos apoios, os critérios de atribuição dos mesmos revestem traços de maior justiça social e se adequam às finalidades do programa. Destacam-se, por exemplo, a regressividade e especificidade do apoio prestado, com uma duração máxima de três anos, de forma a evitar o aumento nos preços da oferta real no mercado de arrendamento, a adequação do montante do subsídio à renda média do distrito e a ponderação do rendimento dos beneficiários. Contudo, não obstante os traços positivos do novo regime, a Juventude Socialista deve desenvolver a sua actuação neste domínio de forma a garantir que nenhum jovem que dele careça seja excluído do programa por falta de disponibilidade de verbas orçamentais. Tendo em conta que houve uma redução em 50%, em relação ao orçamento anual do anterior Incentivo ao Arrendamento Jovem, importa assegurar que o exercício de racionalização e ajustamento operado pela aprovação do novo regime não prejudicará os jovens deles carecidos para acederem à sua primeira habitação.

3.2. Apoio à auto-construção e auto-reabilitação

Uma das áreas de intervenção públicas no domínio da habitação que tem sido pouco explorada é a que é representada pela consagração de incentivos à auto-construção e auto-reabilitação, nomeadamente através de incentivos de natureza fiscal, isenções de taxas e emolumentos municipais. Perante os encargos por vezes inoportáveis decorrentes da aquisição de primeira habitação nova, a oferta de incentivos à actuação dos próprios jovens dispostos a empreender autonomamente a tarefa de construção, aproveitando parcelas de prédios rústicos

ou urbanos que possam ter chegado à sua posse, ou de recuperação de habitações nos centros urbanos. Neste contexto, cumpre ainda assegurar a criação de condições mais favoráveis à constituição e actuação de cooperativas para auto-construção e auto-reabilitação.

3.3. Bolsas de terrenos para habitação a custos controlados

As autarquias locais, para além de representarem as instituições públicas com maior capacidade de influenciar decisivamente o mercado da habitação, são também as entidades cujas atribuições as habilitam a desenvolver projectos inovadores e revolucionários no plano da habitação para jovens. Para além da sua responsabilização defenderemos a criação de um fundo partilhado entre o Estado e as autarquias para a promoção de habitação para jovens. Desta forma haveria a partilha do risco. A JS entende ser possível identificar um conjunto de medidas eficazes neste domínio:

- Em primeiro lugar, as contrapartidas dos empreendedores para a realização de operações de loteamento e licenciamento urbanístico têm de assentar na disponibilização de terrenos urbanizáveis a preços controlados, ou mesmo na cedência de uma parcela dos fogos construídos para habitação jovem a custos controlados (para compra e venda ou arrendamento), particularmente nos casos de alteração recente do uso do solo urbanizado;
- Em segundo lugar, no quadro da reabilitação de centros urbanos despovoados, as autarquias locais devem fomentar a promoção de condições mais acessíveis para a instalação de jovens e suas famílias, assegurando a revitalização e crescimento económico dos centros históricos das cidades, travando a desertificação e descaracterização dos centros e reduzindo a pulsão urbanizadora nas zonas limítrofes dos seus territórios e nos concelhos vizinhos dos grandes centros urbanos;
- Em terceiro lugar, as autarquias devem assumir elas próprias, directamente ou através do seu sector empresarial local, a tarefa de construção a preços controlados de novas habitações, fixando camadas jovens da população nos limites dos seus concelhos.

4. Mais e melhor Educação para tod@s

O combate ao abandono e insucesso escolar tem sido o nosso principal objectivo. Cerca de 485.000 jovens, que estavam no mercado de trabalho em 2005, não tinham concluído o 12º

ano e 216.000 não tinham mesmo concluído a escolaridade obrigatória. Para um jovem menos qualificado a exposição ao desemprego ou ao emprego precário é maior e mais duradoira.

Ao nível do secundário, e especialmente fruto do crescimento da oferta de cursos profissionais, o número de alunos aumentou nos anos lectivos de 2006/2007 e de 2007/2008.

O peso estimado dos alunos matriculados nas vias profissionalizantes, de nível secundário, aumentou para 42% em 2008. Esse peso é de 50% nos países OCDE.

O número de alunos no Ensino Superior também cresceu em cerca de 17%, muito fruto do aumento da oferta de Cursos de Especialização Tecnológica e da maior integração dos adultos com mais de 23 anos.

A taxa de abandono diminuiu de 38% para 36% no ano lectivo de 2006/2007. Até a taxa de retenção diminuiu de 33% para 25% no mesmo período.

Ao nível da formação de adultos mais de 350.000 pessoas inscreveram-se nos Centros Novas Oportunidades, dos quais 50% são jovens.

4.1. Ensino Básico e Secundário

A. Defesa da Escola Pública

A defesa e melhoria do modelo de escola pública que hoje encontramos entre nós devem representar as principais linhas de orientação política da Juventude Socialista no domínio da educação básica e secundária. O combate às desigualdades inicia-se na escola, através não só da transmissão dos valores essenciais da sociedade democrática em que vivemos, mas também do contributo que a escola oferece no campo da igualdade de oportunidades, permitindo ultrapassar as condicionantes sociais e económicas, oferecendo possibilidades de auto-valorização e crescimento pessoal através da aquisição de conhecimentos em condições de igualdade. Em grande parte, o projecto de sociedade que a JS abraça começa precisamente na escola e no seu inigualável potencial formativo. Assim sendo, são diversas as áreas em que devemos desenvolver a nossa actuação para prosseguir estes objectivos de reforma da escola pública.

a. Número de alunos por turma

Na reestruturação da organização e gestão da escola, uma das primeiras iniciativas deve apontar para a redução real e com impacto nacional do número de alunos por turma. Os resultados escolares revelam que as turmas com menos alunos têm maior sucesso escolar, sendo também aí que os índices de abandono escolar são menores. Apostar na existência de pequenas turmas e de um ensino de maior proximidade e atenção conduzirá não só a um reforço da capacidade lectiva dos docentes, como a uma contra-ofensiva dirigida ao insucesso e ao abandono escolar.

b. Modelo de gestão escolar

A Juventude Socialista deve afirmar o seu compromisso com um modelo de gestão escolar aberto e plural, com capacidade de auscultar as preocupações e recolher as sugestões de todos os participantes da comunidade educativa e que possa fornecer um primeiro palco de intervenção cívica para as jovens e os jovens portugueses. É, pois, de saudar o maior envolvimento quer dos pais, através das suas associações, quer da própria comunidade vizinha, na qual a escola se insere. Para além da abertura ao exterior, deve sublinhar-se o relevo da participação dos dois principais componentes do mundo escolar: professores e alunos, não diminuindo a sua capacidade de intervenção no acompanhamento da vida da escola.

c. Actividades extra-curriculares

O modelo de escola que a Juventude Socialista deve propor, terá de assentar na diversificação da oferta de actividades extra-curriculares pela escola, não só na perspectiva do contributo que pode representar para a conciliação da vida profissional e familiar, mas também da perspectiva do que oferece de enriquecedor aos alunos.

B. Combate ao abandono e insucesso escolar

O sucesso das medidas de salvaguarda e melhoria da qualidade do sistema de ensino têm de passar necessariamente por uma aposta no combate ao abandono e insucesso escolar. Na primeira linha desta preocupação a Juventude Socialista deve orientar a sua actuação para a redução do impacto dos entraves de ordem económica na conclusão dos estudos de cada jovem. Neste domínio, devem destacar-se os seguintes vectores de actuação:

- Reforço da acção social escolar, dotando-a de mais recursos financeiros e procurando direccionar o investimento com redobrada preocupação em alcançar os agregados familiares mais carenciados, recorrendo, sempre que necessário e possível, a mecanismos de diferenciação geográfica e social que possam atender adequadamente ao contexto particular da comunidade educativa;

- Reforço das formas de cooperação entre a administração central e as autarquias locais no incremento dos meios ao dispor da acção social escolar, nomeadamente no domínio da alimentação e transportes.
- Implementação de uma política de progressiva gratuidade dos manuais escolares até ao 12.º ano, através do recurso a mecanismos de empréstimo através da escola, com diferenciação em função do grau de carência dos alunos numa primeira fase, de intervenção prioritária;
- Aposta na diversificação das vias profissionalizantes de ensino, atentas as múltiplas vantagens para a conclusão do percurso escolar: preparação para o exercício de actividade profissional, introdução de contrapartida financeira associada ao trabalho prestado ao longo do período formativo, multiplicação de escolhas profissionais com níveis de empregabilidade significativos;
- Valorização da reinserção de jovens adultos no sistema escolar, através dos programas em execução pelo actual Governo (Regime de Validação Curricular de Competências e Programa Novas Oportunidades), assegurando a conclusão dos seus estudos ou o reconhecimento de competências profissionais equivalentes, reforçando a sua qualificação e as suas possibilidades de progressão profissional. Associado a esta realidade, cumprirá manter os incentivos aos empregadores para que continuem a apostar na formação dos seus trabalhadores por estas vias, evidenciando os benefícios que também eles podem colher, através de acções de sensibilização;
- Especificamente quanto aos Cursos de Educação e Formação (CEFs), deve aferir-se da capacidade de absorção destes cursos técnicos por parte do mercado de trabalho e exigir um reforço de mecanismos de motivação e responsabilização dos alunos;
- Revitalização do envolvimento dos pais nos contextos escolares, como forma de diversificar os factores de apoio e motivação aos alunos com pior aproveitamento escolar, integrando-os no projecto educativo e evitando o abandono motivado por dificuldades em ultrapassar problemas de aprendizagem;
- Alargamento da rede pré-escolar pública, procurando assegurar o acesso universal e gratuito a curto prazo, como componente essencial quer das políticas de conciliação da vida familiar com a vida profissional, quer como mecanismos de preparação das crianças para o ambiente escolar. Ainda quanto a este ponto, importa assegurar que os horários da rede pré-escolar correspondem aos objectivos de conciliação referidos;

- Criação de um programa de apoio a jovens entre os 16 e os 23 que não concluíram o ensino secundário ou não conseguiram entrar na universidade. Este programa consistiria na colocação do jovem, pelo período máximo de um ano, a colaborar com uma entidade municipal mediante uma retribuição simbólica. Esta medida seria complementada com um programa de educação não formal para os jovens beneficiários ajudando-os a não perder de vista os objectivos académicos e contribuindo para aumentar as suas hipóteses de sucesso.
- Aumento da escolaridade obrigatória até ao 12.º ano.

C. Reforma dos conteúdos curriculares

Para além das medidas destinadas a assegurar a manutenção do aluno na escola até à conclusão do seu percurso formativo, importa igualmente garantir a modernização e enriquecimento dos conteúdos ministrados. A Juventude Socialista deve procurar apostas no reforço das seguintes áreas-chave para esta tarefa:

a. Educação Para a Cidadania

A transmissão dos valores estruturantes da sociedade democrática e a formação de jovens cidadãos e cidadãs representa uma dimensão indispensável ao projecto de escola pública que a Juventude Socialista deve defender. É necessário assegurar a transmissão aos alunos e alunas uma base comum de conhecimentos sobre os direitos e deveres da vida em sociedade, que permita o seu desenvolvimento pessoal, contribua para a construção de uma sociedade inclusiva e livre de discriminações. Neste contexto, a criação de uma disciplina obrigatória de Educação para a Cidadania deve representar um objectivo estratégico da actuação da Juventude Socialista na melhoria da qualidade da formação ministrada nas escolas básicas e secundárias portuguesas. Mais do que um mero conjunto de intenções cuja execução permanece na discricionariedade de cada estabelecimento de ensino, propomos um modelo ambicioso de Educação para a Cidadania assente nos seguintes vectores:

- Carácter obrigatório da disciplina, com avaliação, nos vários ciclos do ensino básico e no ensino secundário;

- Existência de programas pré-estabelecidos, adequando os conteúdos e seu grau de desenvolvimento e complexidade às faixas etárias dos alunos, abandonando o sistema actual de meras orientações generalistas;
- Destaque nas componentes formativas para as áreas dos direitos fundamentais, da educação para a inclusão e não-discriminação, do conhecimento das instituições políticas e administrativas, nacionais e europeias, do funcionamento do sistema constitucional e legal, da preservação da memória histórica ligada à construção do Estado de Direito democrático, da preservação do ambiente e da eco-cidadania,
- Formação especializada e contínua dos docentes encarregados da leccionação, abandonando a solução da entrega automática da disciplina ao director de turma;
- Instituição de formas de interacção com a sociedade civil através de actividades fora do contexto escolar;
- Enquadramento dos jovens alunos e alunas no tecido social, através de programas de experimentação de práticas laborais e cívicas, nos anos mais avançados do ensino secundário;
- Aposta na transmissão dos valores democráticos através do exemplo histórico e da memória da resistência à Ditadura e da instauração da Democracia. Associado à aproximação dos 100 anos da Instauração da República, é essencial transmitir às novas gerações a carga valorativa do movimento republicano e da mutação cultural e política que representou e que continua representar para a sociedade portuguesa.

b. Educação sexual

O direito à saúde sexual e reprodutiva de mulheres e homens tem representado um aspecto essencial da actividade política da Juventude Socialista nos últimos anos. Conforme temos vindo a defender há largos anos, o combate às doenças sexualmente transmissíveis, a prevenção de gravidezes indesejadas, a consciencialização para uma sexualidade responsável e a luta contra as discriminações com base na orientação e actividade sexual devem ser abordadas no contexto de uma formação específica e obrigatória, integrada no currículo escolar do ensino básico e secundário.

Na sequência da campanha pela despenalização da interrupção voluntária da gravidez e da necessária abordagem integrada da realidade do planeamento familiar, a premência na

reforma da educação sexual tornou-se ainda maior e mais evidente. Apesar dos diversos estudos de revisão do enquadramento curricular da matéria, está ainda por implementar um modelo adequado às necessidades e ajustado à realidade da escola pública portuguesa

Assim sendo, a Juventude Socialista deverá bater-se por um modelo de educação sexual inovador e exigente, assente nas seguintes premissas:

- Autonomização de disciplina curricular própria para a Educação Sexual a partir do 3.º ciclo do Ensino Básico, sem prejuízo da sua abordagem transversal até esse momento (e, se necessário e adequado, no restante percurso escolar) nas diversas disciplinas cujos conteúdos sejam adequados (Estudo do Meio, Ciências Naturais, Formação Cívica, entre outras)
- Assegurar formação específica e contínua do corpo docente nesta área;
- Sensibilização das escolas através de missivas oficiais sobre o propósito das políticas educativas nesta área;
- Reforço de parcerias com entidades ligadas à saúde e planeamento familiar através de workshops, palestras, cursos de formação para alunos e professores, actividades lúdico-pedagógicas, diversificando os meios para lá dos recursos das escolas;
- Previsão de ajustamento das matérias leccionadas aos níveis de ensino (designadamente como a previsão de “Educação para os Afectos” desde o primeiro ciclo com continuidade até à Educação sexual), bem como adequação das estratégias pedagógicas e da leccionação dos conteúdos à realidade social de cada Escola.
- Inclusão nos *curricula* da disciplina e na abordagem transversal nas outras disciplinas da dimensão do combate à discriminação motivada pelo género e orientação sexual e abordagem das questões de identidade de género, encorajando o conhecimento, tomada de consciência e questionamento dos modelos e representações sociais dominantes, permitindo ultrapassar concepções estereotipadas e discriminatórias do outro.

c. Novas tecnologias de informação

À semelhança do que está a acontecer com as Actividades de Enriquecimento Curricular, a Juventude Socialista deve apostar na generalização, ao longo do primeiro ciclo, da formação

dos alunos nas Novas Tecnologias da Informação. O investimento nesta área ao abrigo do Plano Tecnológico tem sido significativo nos últimos anos e importa tornar irreversível a aposta na qualificação tecnológica das novas gerações, dotando-as de instrumentos essenciais para a sua qualificação futura.

Ainda neste domínio, a progressiva introdução das novas tecnologias de informação nas salas de aula e a transversalidade da sua utilização por outras áreas curriculares deve representar um objectivo complementar do reforço da vertente tecnológica na escola pública.

4.2. Ensino Superior

A intervenção da Juventude Socialista nas temáticas do Ensino Superior está gravada no código genético da nossa organização e representa uma dimensão significativa da actividade cívica e pública desenvolvida por muitos milhares de militantes da nossa organização. Num tempo de renovação, mudança e internacionalização nas instituições do Ensino Superior, a JS tem de estar na linha da frente da promoção das políticas públicas para o ensino Universitário e Politécnico, batendo-se pelo reforço da qualificação das instituições, pela sua avaliação, pela participação dos estudantes na vida académica e pelo sucesso da transição para uma realidade marcada pela Declaração de Bolonha.

No entanto, o esforço reformador empreendido deve ser acompanhado de uma aposta renovada no combate às causas de abandono do ensino superior, cumprindo à JS acrescentar um conjunto de propostas com essa finalidade, que permitam reforçar os bons resultados que marcam a actual governação. De facto, o ensino superior público é hoje capaz de assegurar o acesso a uma percentagem sem precedentes de candidatos e um aumento do número absoluto de estudantes no ensino superior.

A. Novo modelo de instituições de Ensino Superior

a. Governação das instituições: o RJIES

Tendo em conta que a principal inovação registada na área do Ensino Superior decorre da aprovação do novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), o primeiro aspecto a constar do programa político da Juventude Socialista para os próximos dois anos tem de passar pela identificação dos aspectos positivos do novo quadro legal e das formas de

o potenciar, sem descurar as necessidades de identificação de novos problemas e velhas dificuldades que devem ainda merecer a atenção redobrada da organização.

Em termos de concepção do modelo de governação das instituições de ensino superior, a nova lei representa uma mudança de paradigma assente na abertura das escolas à sociedade civil, vindo ao encontro de muitas propostas subscritas pela JS e pela maioria dos estudantes. A integração de elementos externos às universidades e politécnicos representa seguramente o principal mecanismo de ruptura com o conservadorismo dominante em muitas das instituições de ensino e permitiu a entrada de uma lufada de ar fresco nas cátedras portuguesas. Cumpre, pois, potenciar esta oportunidade única e demonstrar aos críticos desta opção que a solução adoptada, longe de representar uma mercantilização da universidade e a sua rendição à iniciativa privada, serve uma finalidade de envolvimento da comunidade e de reforço da componente participativa e democrática do mundo académico, através da chamada de corpos da sociedade ao seu governo. Sendo este o espírito dominante na lei, cumpre assegurar a sua vigilância, evitando a deturpação deste objectivo através da designação invasiva de membros dos órgãos das instituições de personalidades dominados por concepções neo-liberalizantes e mercantilistas do mundo académico.

Contudo, se a reforma tem um carácter positivo em relação à abertura à sociedade, a redução da presença de alunos nos órgãos de gestão e a ausência de garantias de participação dos funcionários não docentes deve merecer a reprovação da JS e um compromisso em procurar restaurar esta vital componente de democracia interna, de participação cívica e pluralidade nos órgãos da escola. Apesar da principal contrapartida positiva oferecida aos estudantes, assente nas competências reforçadas dos Conselhos Pedagógicos, entendemos que é possível assegurar uma intervenção mais qualificada dos alunos, aumentando a sua percentagem de representantes no Senado e criando conselhos de auscultação e participação junto dos reitores e directores dos órgãos executivos das unidades orgânicas.

b. Abertura da actividade das instituições à sociedade

Conexa com a abertura das instituições de ensino superior à sociedade civil através dos seus órgãos de gestão, é de realçar a aposta na possibilidade de parcerias de investigação com entidades privadas (de natureza empresarial, associativa, cooperativa e outra), diversificando as possibilidades de financiamento de projectos académicos e reforçando a interacção com o mercado de trabalho. É neste contexto que a Juventude Socialista defende deverem ser desenvolvidos sistemas de incentivos às entidades privadas que promovam projectos de investigação científica em cooperação com universidades e politécnicos, particularmente aquelas que sejam depois capazes de assegurar colocação aos recém-licenciados envolvidos

nos projectos, através de uma dupla aposta na qualificação e investigação e na abertura do mercado de trabalho a recém-licenciados.

Acresce ainda que, uma vez que o RJIES prevê a obrigatoriedade de as instituições de Ensino Superior publicarem estatísticas de Emprego dos seus licenciados, a fiscalização do cumprimento desta norma deve ser severa, porquanto permitirá aos estudantes do Ensino Secundária tomarem uma opção mais esclarecida sobre o curso que pretendem seguir. Sem prejuízo da incontornável dimensão de produção e transmissão de conhecimento, as instituições de ensino superior não devem permanecer desligadas dos anseios dos jovens que as procuram em busca de qualificações adequadas aos seus desejos de empregabilidade e prosperidade.

c. Avaliação

Ainda no contexto da reforma do sistema de governo das universidades e politécnicos importa referir dois factores essenciais à sua avaliação, cujo acompanhamento deve ser assegurado pela Juventude Socialista e cujos resultados devem ser ponderados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior:

- Por um lado, urge garantir a publicitação concertada dos resultados dos inquéritos anónimos preenchidos pelos estudantes sobre as suas instituições de Ensino, abordando aspectos essenciais da vida das instituições como as condições de estudo, a avaliação dos docentes, a qualidade do ensino. O conhecimento efectivo da realidade do meio universitário e politécnico é condição essencial para prosseguir o caminho de reforma em curso e para permitir identificar problemas em aberto e novos desafios. Para além disso, representa um exercício de transparência e auto-avaliação que contribui para a credibilização do sistema de ensino.
- Por outro lado, é importante assegurar que as enormes expectativas geradas em torno da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior não sejam goradas, dotando aquele organismo dos recursos humanos e financeiros para iniciar a sua actividade. Neste contexto, cumpre à Juventude Socialista promover as medidas necessárias para garantir a abertura do organismo aos anseios da comunidade académica, assegurando a participação dos estudantes no processo de avaliação, ainda que a título meramente consultivo.
- Deverá ainda assegurar-se que o processo de avaliação de cursos assegura o igual tratamento de todos os cursos acreditados junto das ordens profissionais competentes,

não podendo estas manter práticas discriminatórias em função da instituição que ministra o curso.

d. Internacionalização e mobilidade

Enquadrando-se a recente renovação do ensino superior português no quadro mais vasto da reorganização do espaço universitário à escala europeia, é importante desenvolver uma estratégia de internacionalização do ensino universitário e politécnico português e a mobilidade internacional dos seus estudantes. Assim sendo, a JS deve procurar assegurar:

- O reforço do apoio financeiro aos programas de mobilidade no espaço europeu (Programas Sócrates, Erasmus e Leonardo Da Vinci) de forma a assegurar que o acesso à internacionalização do ensino superior não fica reservado apenas aos estudantes com condições económicas para suportar os encargos da deslocalização;
- O incentivo à celebração de parecerias internacionais entre instituições de ensino superior portuguesas e europeias, assegurando condições para a prossecução da investigação em território nacional e evitando a *fuga de cérebros* para algumas das melhores universidades europeias e norte-americanas.
- Uma redobrada aposta na cooperação internacional com os Países de Língua Oficial Portuguesa, área por explorar na construção de espaços académicos internacionais e veículo adicional de promoção e salvaguarda da língua portuguesa;
- Criação do programa *Damião de Góis*, homenageando o humanista português que estudou e leccionou em diversas universidades europeias e foi amigo pessoal do próprio Erasmus, instituindo a mobilidade entre instituições de ensino superior nacionais;

B. Eliminação de barreiras económicas no acesso ao ensino superior

Conforme a Juventude Socialista tem vindo a assinalar na sua intervenção política, o acesso à educação por todos os cidadãos e cidadãs interessados em expandir os seus conhecimentos e adquirir novas competências representa uma das principais formas de assegurar a igualdade de oportunidades e eliminação das barreiras económicas e sociais na prossecução do bem-

estar e qualidade de vida. Assim sendo, continuar a assegurar que as políticas públicas continuam a acompanhar os jovens mais carenciados na sua caminhada até à obtenção do grau académico que prosseguem é uma tarefa fundamental da Juventude Socialista, que se desdobra em diversas facetas:

Em primeiro lugar, é necessário redobrar os esforços de revitalização da acção social directa, aumentando a qualidade e quantidade das prestações disponibilizadas, não recorrendo ao regime de empréstimos como forma alternativa de apoio social. Destacam-se as seguintes medidas a propugnar no mandato que se inicia:

- Revisão do preço dos passes sociais de transportes públicos para estudantes, tendo em conta a localização dos estabelecimentos de ensino, a deslocalização dos estudantes e a vantagem da promoção simultânea de comportamentos ambientalmente racionais;
- Introdução de preços reduzidos para estudantes em horário de menor intensidade de tráfego todos os dias da semana;
- Apoio à utilização do transporte ferroviário nas deslocações inter-cidades dos estudantes deslocados, através da introdução de tarifas reduzidas que ponderem a distância do percurso;
- Aposta no reforço da rede de residências universitárias, em parceria com as autarquias locais, particularmente no que respeita à recuperação de centros urbanos e zonas devolutas, devolvendo população jovem aos centros das cidades;
- Inclusão de apoio psicológico aos estudantes no quadro das prestações da acção social escolar, atenta a sua importância na ultrapassagem de problemas de adaptação ao ensino superior decorrentes, nomeadamente, da deslocalização, exigência de trabalho, necessidade de conciliação com actividade profissional;
- Perante o risco de aumento do preço dos alimentos, manutenção do preço das refeições servidas nas cantinas em montantes acessíveis à população estudantil.

Em segundo lugar, tendo presente o objectivo gradual de assegurar a gratuidade progressiva do sistema educativo, cumpre destacar a necessidade de assegurar que, ao nível do financiamento do ensino superior, não só o valor das propinas do primeiro ciclo de estudos não conhece aumentos superiores à actualização salarial anual dos trabalhadores da

Administração, como o valor das propinas do segundo ciclo não se tornará proibitiva nem dissuasora da continuação dos estudos, e que ficará obrigatoriamente fixada no mesmo valor do primeiro ciclo sempre que a obtenção do grau representar uma condição de acesso a uma profissão. A alteração do sistema de graus desacompanhada de uma alteração do sistema de financiamento corre o risco de produzir um agravamento de injustiça social, privando os mais carenciados de aceder aos níveis mais avançados de formação académica.

Em terceiro lugar, no que respeita à protecção e incentivo aos trabalhadores estudantes, importa assegurar medidas destinadas a:

- Fiscalização adequada do cumprimento do disposto no estatuto do trabalhador-estudante, quer pelas entidades patronais, quer pelas instituições de ensino superior;
- Reforçar a oferta de cursos superiores em horário pós-laboral, permitindo conciliar a vida profissional com o investimento na formação académica;
- Promover a inscrição de maiores de 23 anos no sistema de ensino, na lógica de reforço de qualificações em execução pelo actual governo do PS.

Em quarto lugar, e em articulação com as medidas propostas em matéria de emprego, deve ponderar-se o estudo da isenção de propinas dos alunos que carecem de um estágio curricular para a conclusão das suas licenciaturas, atento o facto de, para além da actividade académica que desenvolvem, estarem já enquadrados numa actividade semi-profissional, a qual deve merecer o reconhecimento do valor económico da respectiva prestação através do referido reflexo no pagamento das propinas.

Finalmente, ainda no contexto da reforma das instituições, urge o reconhecimento do estatuto de investigador, nomeadamente no que respeita ao acesso a prestações sociais e à realização de contribuições à segurança social pela entidade pagadora das bolsas enquanto trabalhador com direitos próprios,

5. Mais e melhor ambiente para tod@s

A área da energia e ambiente tem sido sujeita nos últimos anos a um aumento considerável da atenção por parte da sociedade. As alterações que se têm registado ao nível da cotação do preço dos combustíveis fósseis nos mercados internacionais e o aumento da preocupação ambiental da sociedade têm levado a um crescente promoção de políticas sustentáveis. O

empenho dos diversos países na implementação de políticas ambientais tem uma visibilidade ao nível da qualidade de vida dos cidadãos e da confiança na autoridade do Estado. A sustentabilidade das políticas hoje aplicadas irá determinar o bem-estar da nossa geração e das gerações futuras. A introdução de políticas ambientais tem na sua essência transversalidade relativamente a diferentes sectores da nossa sociedade, devendo-se encontrar o ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento de políticas ambientais e o progresso económico. A intervenção da JS neste domínio deve assentar essencialmente na promoção de medidas para redução da factura energética, particularmente no domínio dos transportes, não perdendo de vista uma crescente dimensão ética na opção pelos biocombustíveis, atentos os riscos de encarecimento do preço dos bens alimentares que pode comportar.

5.1. Energia

O capítulo da energia representa um dos maiores desafios ambientais e económicos dos próximos anos. A realidade portuguesa indica que há uma elevada dependência energética externa, que se cifra segundo os valores oficiais mais recentes em 85%. Esta situação deve-se em grande parte aos combustíveis fósseis que são importados na sua globalidade, influenciando posteriormente o aumento global da factura energética portuguesa. A aplicação da energia primária com origem fóssil consiste em essencialmente dois grandes vectores: a produção de energia eléctrica e o sector dos transportes. A utilização dos combustíveis fósseis tem igualmente uma implicação ao nível das emissões de carbono. Os compromissos assumidos na sequência do Protocolo de Quioto, definiram uma redução de 8% destas emissões ao nível da União Europeia face aos valores de 1992, e permitiram um aumento de 27% para a realidade nacional em 2012. A intensiva dependência dos combustíveis fósseis para a actividade económica tem todavia levado a que estes limites tenham sido ultrapassados, registando-se um aumento de 42,8% face aos valores medidos em 1992.

O panorama energético actual faz com que seja fundamental uma forte intervenção nesta área. Verifica-se que os sucessivos Governos têm implementado medidas cada vez mais ambiciosas no panorama energético. No que respeita ao sector eléctrico, foram definidas uma série de políticas por parte do actual Governo, com o objectivo de ir ao encontro das metas e princípios decorrentes do direito comunitário. No ano de 2007, o Governo reforçou as metas inicialmente definidas em 2003, assumindo enquanto compromissos até 2010 assegurar que 45% de toda a electricidade consumida seja de base renovável, que os biocombustíveis utilizados nos transportes correspondam a 10% do consumo dos combustíveis rodoviários e que 5% a 10 % do carvão utilizado nas centrais eléctricas de Sines e do Pego seja substituído por biomassa ou

resíduos. Para além disso, e no que respeita às emissões de carbono, o Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) veio introduzir um conjunto de medidas com vista a uma melhor adequação ambiental da actividade económica portuguesa e ao cumprimento das metas definidas pelo Protocolo de Quioto.

A promoção de políticas energéticas inclui igualmente a eficiência energética, especialmente ao nível dos edifícios e na sensibilização do consumidor sobre as melhores formas de utilizar a energia de uma forma racional, destacando-se a implementação da legislação relativa à certificação energética dos edifícios e o lançamento da microgeração, permitindo a produção de energia eléctrica de uma forma desburocratizada por parte de cada um dos consumidores de energia eléctrica. As vantagens desta forma de produção de energia não devem ser só medidas nas condições económicas estabelecidas, mas também ao nível do incentivo que introduz à aquisição de painéis solares térmicos, e ao melhor aproveitamento dos recursos energéticos.

Na área da energia, as políticas seguidas por parte do Governo têm sido positivas, especialmente se for efectuada uma comparação ao nível europeu. Consideramos, todavia, que as políticas em vias de implementação constituem uma potencial plataforma para a introdução de medidas que possam fazer com que os consumidores, e instituições públicas e privadas se sintam motivados e sensibilizados para que também possam dar o seu contributo neste esforço ambiental positivo. A Juventude Socialista deverá, neste contexto, promover as seguintes medidas na área da energia:

- A continuação das políticas definidas no que respeita ao aumento da percentagem de energias renováveis no consumo de electricidade. Ainda neste âmbito, dever-se-á investir suplementarmente na reversibilidade de barragens já existentes e em novas mini-hídricas, tirando-se assim o máximo proveito do potencial hídrico nacional. O investimento na investigação e desenvolvimento das tecnologias de produção de energia eléctrica a partir de fontes de energias renováveis deverá ser incentivado, permitindo criar o conhecimento tecnológico necessário à criação de um forte sector industrial nesta área;
- O reforço da microgeração ao nível do total anual da potência instalada e na evolução das remunerações ao longo dos anos;
- Implementação de alterações ao nível da iluminação pública, privilegiando-se formas mais eficientes, que poderão passar pela tecnologia LED ou por outras formas de iluminação pública de baixo consumo. Neste âmbito, as autarquias desempenham um

papel fundamental, devendo ser introduzidos apoios ao nível de assessoria técnica e financeira para a implementação destas novas formas de iluminação;

- Reforço dos programas sobre racionalização de energia ao nível do ensino básico e secundário;
- Estabelecimento de metas ao nível dos organismos públicos para a redução da factura energética, para que estes, para além de reduzirem os seus consumos, possam igualmente dar um exemplo positivo à sociedade sobre o seu comportamento energético, através da divulgação obrigatória dos dados sobre a sua factura energética.

No que respeita aos biocombustíveis, definiu-se o objectivo de possuir até 2010 uma incorporação em 10% nos combustíveis rodoviários. Por outro lado, foi igualmente introduzido um conjunto de incentivos ao nível da fiscalidade. O panorama socioeconómico global deve levar a Juventude Socialista a defender a revisão desta meta em baixa e a apresentar medidas que permitam o desenvolvimento dos biocombustíveis sem se colocar em causa eventuais consequências na qualidade de vida das populações, especialmente nos países em vias de desenvolvimentos. A actuação da Juventude Socialista deverá orientar-se em torno de:

- Incorporação de fontes bioenergéticas nacionais, procurando-se introduzir estas culturas em regiões socioeconomicamente menos favorecidas e com elevadas potencialidades de produção, como seja a Beira Interior e o Alentejo;
- Utilização de óleos usados na produção de biocombustível, com aumento das quotas de produção respectivas;
- Implementação de uma rotulagem nos biocombustíveis, em que se indique a origem das matérias-primas no que respeita à sua base bioenergética e à proveniência da produção;
- Não utilização de bens com uso alimentar, nem de solos para o seu cultivo na produção de biocombustível;

5.2. Transportes

A área dos transportes revela-se igualmente essencial na construção de uma política ambiental eficiente e capaz de responder aos desafios do presente. De facto, o sector dos transportes

consome combustíveis fósseis a 99,4%, sendo uma das responsáveis pela elevada dependência energética portuguesa e pelas emissões de carbono. Em Portugal esta realidade é em grande parte da responsabilidade da utilização do transporte individual que se encontra profundamente enraizada, com consequências negativas para o ambiente urbano, para a qualidade de vida das populações e implicando elevados níveis de sinistralidade. O transporte individual é opção por parte 56,3 % dos portugueses nas suas deslocações diárias, quando a média comunitária é de 51,4%. O desafio colocado ao nível da utilização dos transportes, encontra-se na capacidade do Governo introduzir mecanismos que levem as pessoas a preferirem a utilização do transporte público face ao transporte individual.

A. Intermodalidade

O incentivo à mobilidade dos cidadãos a nível nacional só será possível com a criação de uma rede de transportes integrada. A forma de implementação desta rede deverá passar por uma forte intermodalidade entre as diferentes formas de transporte público nas seguintes vertentes:

- Introdução de um sistema de informação nacional através da Internet com simuladores de percursos com as diversas opções de transporte e tarifários correspondentes (GPS do transporte público);
- Implementação a nível nacional de um sistema de bilhética e de passes sociais únicos ao nível urbano e suburbano;
- Reforço na criação de centros intermodais de transporte que permita a interligação entre as diferentes formas de transporte e a complementaridade destas com o transporte individual;
- Alargamento dos horários dos transportes urbanos e inter-urbanos com o intuito de se adaptarem ao quotidiano da vida dos jovens, seguindo experiências europeias de funcionamento nocturno do metro aos fins-de-semana e feriados;
- Interligação entre as formas de transporte de longo curso e suburbano/urbano, para que um título de transporte de longo curso possa ser válido por uma viagem na rede de transportes suburbanos/urbanos da localidade de destino;
- Instalação definitiva de autoridades metropolitanas e regionais de transporte que assegurem as diversas competências no sector dos transportes que actualmente se encontram dispersas por diversos organismos;

B. Transporte ferroviário

O modo de transporte ferroviário, enquanto forma de transporte com menores impactos a nível ambiental e da qualidade de vida da sociedade, deverá ser sujeito a fortes melhorias por parte do Governo. Estando praticamente todo o serviço ferroviário atribuído a uma empresa pública, deve o Governo intervir de forma a assegurar um verdadeiro serviço público que reforce a coesão nacional. Assim, deve o transporte ferroviário apresentar um conjunto de medidas comerciais que respondam às necessidades de mobilidade dos jovens, e os desincentivem desde cedo a depender do transporte individual. Num passado recente, a apresentação do *Intra-Rail* foi o exemplo consumado do que pode ser uma oferta integrada de transportes para jovens. Neste aspecto, a Juventude Socialista apresenta as seguintes propostas para o incentivo à utilização do transporte ferroviário:

- Adequação da oferta comercial ferroviária à mobilidade juvenil, criando-se soluções comerciais de fim-de-semana em certos percursos;
- Melhoria das condições da infra-estrutura ferroviária e construção de novas ligações entre cidades de média dimensão, permitindo melhorar a coesão nacional;

O reforço da oferta ferroviária terá como consequência a apresentação de uma alternativa válida à excessiva dependência no modo rodoviário, a qual tem demonstrado em momentos pontuais a sua fragilidade. A nível de transporte de mercadorias devem-se continuar os investimentos ao nível de parques logísticos e reforço das infra-estruturas portuárias que permitam a criação de uma intermodalidade entre as diversas formas de transporte.

C. Veículos rodoviários

Em paralelo à aposta em transportes públicos, é fundamental uma intervenção ao nível dos veículos rodoviários individuais. Actualmente, o Governo já introduziu medidas ao nível do imposto automóvel (introduzido com base nas emissões de carbono) e do programa de veículos em fim de vida. O acesso ao transporte individual deverá ser efectuado numa perspectiva ambientalmente positiva, sabendo que o mesmo é essencial para diferentes sectores da actividade social e económica do país. Deve assim haver uma forte aposta numa melhor eficiência dos transportes individuais, numa perspectiva de redução das emissões de gases ambientalmente nocivas produzidas pelos mesmos e do aumento da independência

energética do sector dos transportes face aos combustíveis fósseis. Assim, a Juventude Socialista propõe as seguintes medidas para os transportes individuais:

- Efectivação dos incentivos já sugeridos pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista no que respeita à aquisição de veículos eléctricos, tal como para a instalação de fábricas e investigação dedicada ao desenvolvimento deste tipo de veículos;
- Reforço dos programas de veículos em fim de vida, com o intuito de proceder a uma renovação do parque automóvel nacional;
- Introdução de incentivos fiscais para a implementação de filtros de partículas em veículos a gasóleo;
- Diferenciação no pagamento de portagens por parte de veículos em função do número de ocupantes;
- Criação de sistemas públicos de carsharing (partilha de veículos) e carpooling (sistemas de recolha de passageiros);

O transporte rodoviário público colectivo deverá igualmente ser mais eficiente, promovendo-se a utilização de autocarros com consumos energéticos mais reduzidos. Dever-se-á igualmente adaptar a implementação de autocarros aos respectivos percursos, introduzindo-se autocarros de reduzidas dimensões para percursos que o tal exijam. O desenvolvimento da implementação de autocarros urbanos movidos a gás natural ou a hidrogénio deverá ser igualmente efectuada por parte das autarquias com um eventual apoio técnico e financeiro do Estado.

A mobilidade urbana diária deverá igualmente ser incentivada através do desenvolvimento de ciclovias, respeitando-se assim os equilíbrios ambientais e promovendo simultaneamente a qualidade de vida dos cidadãos. Neste sentido, as autarquias deverão introduzir nas novas vias rodoviárias, percursos paralelos de ciclovias, sempre que as condições orográficas o permitam. Por outro lado, e dentro da rede rodoviária já existente, as autarquias deverão introduzir ciclovias que permitam ligar pontos urbanos de maior importância, sempre que as condições orográficas o permitam.

5.3. Água

No que respeita ao aproveitamento racional dos recursos ambientais, particular atenção deve ainda ser dedicada aos recursos hídricos. Neste plano merecem particular atenção e destaque medidas nas seguintes áreas:

- Melhoria dos sistemas de abastecimento de água, através da introdução de distribuição diferenciada de água para consumo humano e água para outras utilizações, proveniente de tratamento de águas residuais;
- Maior eficiência nas redes públicas de distribuição, reduzindo os níveis de desperdício no transporte verificados actualmente;
- Diferenciação dos preços da água em função do volume gasto por número de utilizadores em cada habitação;
- Promoção de políticas de sensibilização da população para a racionalização do consumo de água, através de comportamentos ambientalmente sensíveis a nível doméstico, na agricultura e indústria e nas instituições públicas;
- A garantia da qualidade da água dos rios através da criação dos mecanismos que assegurem uma correcta fiscalização das transgressões à legislação, aumentando-se devidamente os valores das coimas por descargas ilegais.
- Finalmente, a gestão dos recursos hídricos, ao nível da sua captação, tratamento e distribuição, deve permanecer na esfera pública, seja ao nível dos municípios, seja ao nível de associações intermunicipais.

5.4. Ordenamento do território

Finalmente, e na medida em que o ordenamento do território representa uma das principais vias de salvaguarda do ambiente e recursos naturais, a JS deverá assumir a defesa da manutenção da influência dos serviços do Estado, não atribuindo por completo esta responsabilidade ao poder local. O Estado deve reforçar o seu papel fiscalizador, identificando situações de ilegalidade perante as disposições ao nível dos limites de Rede Ecológica Nacional e de Reserva Agrícola Nacional. A revisão dos Planos Directores Municipais tem de responder a uma política objectiva de desenvolvimento harmonioso das comunidades com uma

visão de médio-longo prazo, integrando as diferentes funcionalidades e organismos de um concelho.

Os solos, enquanto recurso endógeno para a produção alimentar nacional, deverão ser sujeitos a uma utilização racional. Neste sentido, na introdução das regras respeitantes à utilização dos solos tem de se encontrar um equilíbrio racional entre as exigências dos consumidores e a exploração sustentada dos recursos naturais.

Ainda neste plano, um dos graves problemas da gestão ambiental portuguesa constitui a definição de políticas para a orla costeira. Verifica-se actualmente que grande parte da mesma se encontra num processo de erosão que exige a definição de uma política para a defesa do litoral, salvaguardando-se a segurança das populações. Para tal, é fundamental desenvolver os mecanismos de inspecção que visem identificar situações de construção ou de exploração económica ilegal, reformar o quadro legal aplicável e assegurar o cumprimento cabal das disposições dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira.

6. Mais direitos e liberdades fundamentais para tod@s

A defesa dos direitos e liberdade fundamentais de todos e todas as cidadãs está seguramente entre as principais características distintivas do socialismo democrático moderno, e é uma parte irrenunciável do lastro histórico do movimento socialista e das lutas pela progressiva libertação, emancipação e dignificação da Humanidade. No caso da Juventude Socialista e do Partido Socialista, as nossas raízes republicanas impõem-nos a luta pela igualdade real entre todos os membros da sociedade erguendo numa das nossas principais bandeiras e prioridades políticas.

A construção de uma República mais livre, justa e fraterna assenta na solidez do pilar dos direitos e das liberdades fundamentais. A Juventude Socialista tem de estar à altura da tremenda responsabilidade que daí decorre, promovendo a discussão, dentro e fora da sua estrutura e da do Partido Socialista sobre a necessidade de aprofundar e intensificar a tutela dos direitos de todos e todas. É neste contexto exigente que uma moção global de estratégia de uma candidatura à liderança da Juventude Socialista não pode deixar de reivindicar um

programa ambicioso de debate e implementação de uma nova geração de direitos fundamentais.

6.1. Igualdade de género

A. Participação política

A promoção da igualdade entre homens e mulheres tem vindo a conhecer um progresso significativo na sociedade portuguesa em anos recentes. Graças à intervenção do Partido Socialista, Portugal conta-se hoje entre os países do mundo que colocaram a promoção activa da participação política das mulheres no topo das suas prioridades, através da aprovação da Lei da Paridade. A Juventude Socialista tem de acompanhar com rapidez o progresso que o PS e a sociedade portuguesa já evidenciaram., introduzindo mecanismos de reforço da participação de ambos os géneros de forma equilibrada na estrutura da organização. A introdução de mecanismo de paridade através da reforma estatutária representa o principal meio de o alcançar, mas terá de ser acompanhado de acções de sensibilização e de uma aposta em incrementar a militância de jovens mulheres na JS.

Contudo, é relevante espalhar o princípio pelas principais forças sociais onde a participação cívica começa a despontar, demonstrando que a igualdade no acesso aos órgãos directivos de organizações não governamentais, particularmente as associações jovens, deve representar um objectivo a incentivar pelos entes públicos. No quadro do sistema de apoio financeiro e material às organizações jovens inscritas no Registo Nacional de Associações Jovens, a Juventude Socialista deverá enveredar esforços no sentido de ser potenciado o apoio dado às organizações que almejem a paridade nos seus órgãos directivos, discriminando-os positivamente e incentivando a sua coragem de quebrar estereótipos.

B. Acesso ao mercado laboral

Sendo certo que uma das camadas da população que enfrenta um leque de dificuldades mais profundo no acesso ao mercado de trabalho são as jovens mulheres, o combate à discriminação de género no mundo das relações laborais deve ser erguido em prioridade das políticas de incentivo a empregabilidade jovem. Sublinhe-se, contudo, que a referida discriminação reveste diversas facetas distintas: diversidade de remunerações entre homens e mulheres para funções equivalentes com habilitações idênticas, maiores índices de precariedade na contratação e maiores dificuldades de acesso a posições de chefia e responsabilidade. Neste contexto, deve a JS encarar o problema de forma integrada, na perspectiva da jovens portuguesas no mercado de trabalho, apontando para:

- Mudança de mentalidades quanto à paternidade e maternidade, neutralizando quaisquer preconceitos que o empregador possa ter quanto ao risco de contratação de uma funcionária do sexo feminino. A instituição da licença de paternidade de gozo obrigatório e a igualdade de gozo de direitos quanto ao exercício da parentalidade revelam-se ferramentas indispensáveis neste processo de mudança de comportamentos;
- Consciencialização da necessidade de compatibilizar a vida profissional e familiar de homens e mulheres, com vista a uma justa distribuição de tarefas profissionais e domésticas. Os dados estatísticos continuam a revelar que as concepções sociais quanto à distribuição do trabalho doméstico continuam a onerar de forma desproporcional as mulheres em relação aos homens, sendo que o resultado final da distribuição de trabalho pago e trabalho doméstico revela que as mulheres trabalham em média mais 2 horas por dia do que os homens. Cumpre promover uma alteração drástica deste padrão, através de medidas de incentivo de opções das entidades empregadoras que favoreçam, na organização de tempo de trabalho, mecanismos de conciliação para ambos os membros do casal;
- Promoção de políticas de repressão de tratamentos remuneratórios discriminatórios e de vias de progressão diferenciada nas empresas em função do género, com reforço de meios da Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego na sua tarefa de resposta às queixas de comportamentos discriminatórios e da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género no que respeita a acções de sensibilização;
- Aposta na sindicalização e nas actividades desenvolvidas pelas estruturas especializados dos sindicatos no combate à discriminação nos locais de trabalho. No caso da JS, como veremos, esta aposta deve também passar pela dinamização dos núcleos de empresa e pela sua interacção com os sindicatos e pela especial atenção a dedicar à matéria da igualdade no mercado de trabalho.

C. Empreendedorismo feminino jovem

Na sequência dos diversos programas de apoio ao empreendedorismo feminino em vias de execução pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, a JS deve propugnar pela especialização de alguns eixos dos programas na realidade específica das jovens com menos de 30 anos, que procuram desenvolver projectos inovadores e que deparam não só com as dificuldades de obtenção de financiamento típicas da sua faixa etária, como ainda se têm de

confrontar com as barreiras invisíveis e telhados de vidro que se erguem, produto da desconfiança social assente em estereótipos de género ainda dominantes.

D. Violência de género

A sensibilização nacional para o problema das formas de violência de género deve ser enquadrada nas prioridades de campanhas nacionais da Juventude Socialista nos próximos anos. Para além da questão central da violência doméstica, que tem merecido atenção redobrada das autoridades públicas nos anos recentes, o combate às formas de violência associadas ao tráfico de seres humanos, nomeadamente para efeitos de exploração sexual, deve constituir um foco de atenção da JS.

Um dos eixos do III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica assenta precisamente nas acções de sensibilização dirigidas à população estudantil do ensino básico. Neste contexto, a JS deve mobilizar as suas estruturas locais e, particularmente, os seus núcleos de escola para o desenvolvimento das campanhas de sensibilização e esclarecimento. Para além da intervenção no nível do ensino básico, a JS deve ainda procurar alargar a sua intervenção nos domínios do ensino secundário e superior, onde a questão assume igualmente uma dimensão preventiva e de apoio às vítimas.

No que respeita ao tráfico de seres humanos, a actuação da JS nas organizações internacionais de que é membro, particularmente aquelas que integram membros provenientes de países de origem do fenómeno do tráfico, deve assentar igualmente procura de parecerias para acções de sensibilização, prevenção e procura de respostas integradas.

E. Saúde sexual e reprodutiva

O resultado do referendo de 11 de Fevereiro de 2007 sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez marcou o fim de uma fase de luta pelo direito à saúde sexual e reprodutiva das mulheres em Portugal e a vitória numa batalha histórica da JS. Contudo, o caminho a percorrer até que o fenómeno das gravidezes indesejadas e o flagelo do aborto clandestino possam ser apenas uma memória de outros tempos ainda é exigente e vai carecer do mesmo nível de dedicação da Juventude Socialista. Um dos elementos referidos várias vezes no decurso da campanha foi o da visão integrada da saúde sexual e reprodutiva. Importa agora tomar as medidas necessárias para o assegurar.

- Assegurar a implementação de um modelo de Educação Sexual eficaz e conforme aos objectivos de emancipação e esclarecimento sobre os direitos sexuais e reprodutivos, nos termos já apresentados;
- Realização complementar de acções formativas nas escolas e estabelecimentos de ensino superior, com intervenção de profissionais de saúde e de associações que se dedicam ao planeamento familiar,
- Garantir apoios públicos a iniciativas da sociedade civil, quer no plano do planeamento familiar, quer no plano do apoio às jovens e seus companheiros que se vêm confrontados com a necessidade de tomar uma decisão informada e consciente sobre a sua gravidez.
- Intensificar o acesso às consultas de planeamento familiar nos centros de saúde e agilizar ainda mais os mecanismos de distribuição gratuita de meios de contraceção, que são muitas vezes interrompidos por esgotamento de stock.
- Introdução de máquinas de venda de preservativos nos estabelecimentos de ensino;
- Identificação dos contextos sociais económicos e geográficos da realização da interrupção voluntária da gravidez e orientar as políticas públicas e os meios disponíveis para a sua prevenção.

6.2. Igualdade na Orientação sexual

As discriminações com fundamento na orientação sexual representam hoje na sociedade portuguesa uma das principais causas de desigualdade de tratamento entre cidadãos e cidadãs da República. Não só ainda detectamos enraizadas, nalguns sectores da sociedade, visões conservadoras e homofóbicas quanto à orientação sexual, como o sistema jurídico e as autoridades públicas mantêm na lei e nas suas práticas o tratamento discriminatório dos membros da comunidade LGBT.

A. Casamento civil e adopção por casais de pessoas do mesmo sexo

A alteração do Código Civil, eliminando a proibição de casamento entre pessoas do mesmo sexo e permitindo a todos os cidadãos e cidadãs constituir família com plena garantia dos direitos e deveres do contrato de casamento deve continuar a representar uma prioridade na

luta da JS pela igualdade de direitos para todos. Trata-se da mais evidente e gritante discriminação com assento na lei, cujo desaparecimento contribuirá para a realização das aspirações de milhares de portugueses e portuguesas e representará um passo decisivo no combate à homofobia e no estender da protecção do Estado a todos os cidadãos, sem excepções motivadas por preconceitos. A JS deverá reiterar e promover o debate junto do Partido Socialista para que este, na linha da sua tradição progressista de defesa da igualdade e dos direitos fundamentais, integre no seu fundo programático esta bandeira da esquerda socialista democrática.

Associada à questão do casamento, a possibilidade de adopção por casais constituídos por pessoas do mesmo sexo deve igualmente ser inserida na agenda política da JS e alargado o seu debate pela estrutura. O resultado dos mais recentes debates sobre a temática e a experiência espanhola têm revelado o carácter infundado dos receios quanto à homoparentalidade e a as suas vantagens face à manutenção prolongada da institucionalização de crianças sem família.

B. Identidade de género

No plano legislativo, a Juventude Socialista deve promover a apresentação de um projecto de lei sobre identidade de género, permitindo às pessoas transexuais a mudança de nome e de sexo no registo civil, salvaguardando o direito fundamental à identidade pessoal e ao livre desenvolvimento da personalidade.

Entre nós, a possibilidade de mudança de nome e sexo está ainda dependente de procedimentos morosos, sujeita à aplicação de uma lei que consagra requisitos excessivamente restritivos, com obrigatória intervenção judicial, produzindo resultados díspares em função do grau de preparação dos magistrados e da sua sensibilidade para a questão. A igualdade e o livre desenvolvimento da personalidade não podem ficar dependentes da ausência de preconceitos do decisor, devendo ser a própria lei a apontar uma solução clara e simples. Note-se que em Espanha, idêntica medida foi aprovada por unanimidade em ambas as câmaras do parlamento.

C. Combate à discriminação baseada na orientação sexual

Finalmente, a igualdade na orientação sexual pressupõe ainda uma actuação permanente de combate à discriminação, em diversas frentes e de várias formas, nomeadamente através de:

- Desconstrução de estereótipos e preconceitos sobre a orientação sexual, particularmente na comunicação social, e denúncia de manifestações de homofobia latente e erradamente descritos como inofensivos;
- Inclusão no currículo de Educação para a Cidadania e de Educação Sexual de conteúdos de desincentivo de comportamentos discriminatórios e de promoção de medidas de inclusão de todos os membros da comunidade;
- Promoção de boas práticas na Administração Pública, particularmente entre as forças de segurança que têm de lidar em primeira com o combate à discriminação e com a repressão de comportamentos violentos a ela associados;
- Reforço das medidas de repressão penal para comportamentos discriminatórios violentos.

6.3. Combate ao racismo e xenofobia

As tentativas recentes de crescimento de movimentos xenófobos e racistas de extrema-direita não devem ser recebidas com alarmismo nem com excessos de mediatização, que não traduzem a real representatividade desses movimentos, apenas lhes oferecendo canais gratuitos de publicitação do seu ideário discriminatório. Contudo, é indispensável que a JS ofereça uma resposta firme e uma denúncia clara dos intuitos atentatórios do respeito pelos valores essenciais da democracia e do Estado de Direito e apresente um programa integrado de reacção ao fenómeno:

- Combate aos fenómenos de racismo e xenofobia através da promoção de acções de sensibilização, articulando as suas intervenções com movimentos sociais e outras forças políticas que se encontrem em sintonia com a opção;
- Formação dos militantes para as formas de reacção e contenção de fenómenos de extrema-direita nacionalista e xenófoba, recolhendo a aprendizagem das organizações políticas europeias que se tem debruçado sobre a temática ao longo dos últimos anos;
- Aposta no currículo de Educação para a Cidadania para a transmissão dos valores de inclusão e de combate à xenofobia.

6.4. Inclusão

A sociedade portuguesa do presente é marcadamente mais plural e diversa do que há 20 anos. A recente alteração da Lei da Nacionalidade reconheceu precisamente esta evolução, garantindo às gerações de descendentes das comunidades de imigrantes o acesso à cidadania portuguesa e reconhecendo que a integração na comunidade nacional dos imigrantes que em Portugal residem, trabalham e contribuem para o erário público deve conduzir à concessão de nacionalidade. O reconhecimento perante a lei é, contudo, apenas um dos passos a dar para assegurar a integração plena de todos os imigrantes e de todos os novos Portugueses. É necessário desenvolver políticas públicas em diversas áreas para alcançar este objectivo:

- No que respeita ao acesso a prestações sociais, as entidades públicas devem assegurar cobertura idêntica aos imigrantes, assente no princípio de igual tratamento de contribuintes para o erário público e de igual distribuição dos benefícios da solidariedade social;
- A escola pública deve ser valorizada não só enquanto elemento de integração social e de redução das desigualdades, mas também como local de transmissão de conhecimentos da língua, cultura e história dos locais de origem das comunidades imigrantes;
- No contexto da Juventude Socialista, o aprofundamento de laços de colaboração com associações de apoio às comunidades imigrantes deve representar um eixo de reforço de actuação e relacionamento com os movimentos sociais. A este objectivo, acresce ainda a introdução nos estatutos da organização da possibilidade de militância por jovens de outras nacionalidades com residência em Portugal.
- Finalmente, e no contexto de uma futura revisão constitucional, deve ponderar-se o alargamento da capacidade eleitoral aos imigrantes que, apesar de não serem cidadãos da República Portuguesa, aqui residem, trabalham e contribuem para a riqueza nacional há tempo suficiente para estabelecer laços com a comunidade política e participar na tomada das decisões que enquadram a sua vida quotidiana.

6.4. Liberdades fundamentais

A. Procriação medicamente assistida

Ao nível dos direitos reprodutivos, os recentes desenvolvimentos nas técnicas de reprodução medicamente assistida determinam a necessidade de estabelecer um enquadramento jurídico

que discipline o recurso a estas técnicas. Contudo, os critérios de construção da lei devem assentar em consenso da comunidade para salvaguarda da saúde e da segurança das pessoas que se submetem aos procedimentos, não devendo assentar nas concepções filosóficas, ideológicas ou religiosas de apenas alguns. O tratamento da infertilidade deve, pois, estar acessível a todos e todas que desejem fazer uma opção esclarecida pela paternidade ou maternidade. Consequentemente, a lei deve, por um lado, eliminar as barreiras injustificadas ao recurso a estas técnicas (nomeadamente no que se reporta a mulheres solteiras) e facultar a sua prestação, através do Serviço Nacional de Saúde, aos casais que não disponham de meios para aceder de outro modo ao tratamento.

B. Eutanásia

O debate em torno da opção pela tomada de decisão livre e esclarecida de um ser humano em por termo à própria em vida em condições de dignidade não gerou ainda qualquer intervenção legislativa reformadora da legislação penal. A JS deve prosseguir o acompanhamento da matéria e alargar o debate que se iniciou em vários pontos do planeta, em linha com o ideário progressista que a caracteriza e evidenciando a necessidade de considerar o respeito pela vontade individual e pela dignidade de cada um.

C. Legalização das drogas leves

Estando demonstrado que o consumo de drogas leves, como os canabinóides, não tende a conduzir ao consumo de drogas duras, é importante rever as políticas públicas sobre combate e prevenção da toxicod dependência, separando a abordagem repressiva das drogas duras da matéria das drogas leves. Em relação a estas, afastado o espectro de caminho para a toxicod dependência, a questão de fundo respeita essencialmente a um exercício de liberdade individual, sem consequências irreversíveis para o próprio ou para terceiros. O combate ao comércio dos narcotraficantes será mais eficaz, sem dispersão de recursos, num contexto de legalização de drogas leves, assim como será mais seguro o acesso a estas substâncias, perante as possibilidade de fiscalização e acompanhamento por autoridades públicas da sua comercialização.

D. Regulamentação da prostituição

A questão da regulamentação da prostituição representa um debate antigo no seio da Juventude Socialista, cuja síntese é cada vez mais consensual. Apesar da complexidade do problema e da necessidade de assegurar uma resposta adequada a todos os problemas sociais e jurídicos conexos com o fenómeno (exploração económica, tráfico de seres humanos, associação a actividades ilícitas). A prostituição continua hoje livre de regulamentação jurídica,

mas torna-se cada vez mais clara a necessidade de reconhecer que a legalização da actividade permitiria a identificação dos factores de pobreza e exclusão social que podem estar na origem da prostituição e o desenvolvimento de estratégias de resposta, contribuiria para a redução dos riscos de exploração sexual, asseguraria maior prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e ofereceria a protecção da ordem jurídica a quem, de forma livre e esclarecida, fizesse uma opção nesse sentido.

7. Mais e melhor participação cívica de tod@s

Com particular projecção mediática recente, o recorrente debate sobre os níveis de participação cívica e política das camadas mais jovens da população continua a representar uma fonte de preocupação, muita vezes infundadas.

O referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez do passado ano revelou claramente que o cenário negro que usualmente é descrito a respeito desta temática não corresponde à realidade: para além de terem acorrido às urnas a participar no acto referendário, os jovens representaram um dos principais grupos de activistas e interessados na campanha para o referendo, através da constituição de movimentos de defesa das suas posições em confronto, da participação massiva em acções de esclarecimento e de campanha e da realização de eventos e debates, muitos dos quais no contexto das suas instituições de ensino, que contribuíram para enriquecer o exercício de democracia directa vivido pelo País em Fevereiro de 2007.

Mais do que procurar promover análises catastrofistas sobre um eventual desinteresse dos jovens pela participação na vida pública, a Juventude Socialista deve empenhar-se em trazer a público os bons exemplos de dedicação a causas cívicas, muitos dos quais através de formas inovadoras de intervenção, com recurso a novas tecnologias e ferramentas da sociedade de informação, e promover e dinamizar novas e variadas formas de participação cívica. Por um lado, será importante assegurar que não se cria um fosso entre as instituições da democracia representativa e os jovens (e as restantes camadas da população), sendo para isso inovar nas próprias formas de relacionamento e organização destas instituições com os cidadãos. Por outro lado, há que potenciar o aparecimento de iniciativas com raízes directas na própria sociedade civil, aproveitando o espírito de associativismo e voluntariado indispensável a este exercício.

7.1. Educação Cívica e Política

Conforme se referiu no capítulo sobre Educação, é imperioso rever os modelos de leccionação e conteúdos das disciplinas da área da Educação para a Cidadania. É nesse momento formativo dos futuros cidadãos e cidadãs que se joga grande parte da qualidade da democracia portuguesa do século XXI.

Para além das propostas já apresentadas em sede de ensino básico e secundário, importa igualmente aposta na formação cívica e política dos estudantes do ensino superior. Não se tratando já nesta sede de inclusão de conteúdos curriculares obrigatórios nos planos das licenciaturas das universidades e politécnicos, há que implementar a existência de disciplinas extra-curriculares, com peso na aquisição de créditos para a conclusão dos cursos em que se ministrem conhecimentos relacionados com a formação cívica e política e em que se procure fomentar a intervenção cívica dos estudantes do ensino superior.

No plano interno da Juventude Socialista, importa continuar a aposta na formação e qualificação política dos seus militantes, apoiando as iniciativas desenvolvidas ao nível das estruturas locais, concelhias e federativas, e promovendo eventos nacionais de debate e formação nas áreas de actuação da JS. Neste contexto, a organização e institucionalização de uma Universidade de Verão da Juventude Socialista deve representar um objectivo deste capítulo. A participação em eventos internacionais promovidos pelas organizações de que a JS faz parte deve ainda ser dinamizado e recolher maior divulgação entre as estruturas, aproveitando de forma mais eficaz uma fonte adicional de qualificação dos militantes. Ainda neste capítulo, a produção de dossiers informativos e de argumentários relativos às principais propostas políticas da Juventude Socialista devem continuar a representar uma forma de transmissão de informação aos militantes e às estruturas, assegurando-se a sua disponibilização através do portal da JS na Internet.

7.2. Associativismo e movimento sindical

Da perspectiva da Juventude Socialista, a aposta nos movimentos associativos e sindicais revela-se duplamente relevante. Em primeiro lugar, tendo presente a vontade de dinamização da participação cívica dos cidadãos e cidadãs mais jovens, é ainda no contexto tradicional das associações não governamentais que a maior parte da intervenção cívica é veiculada. Importa, pois, dotar essas organizações, particularmente aquelas compostas maioritariamente por jovens, de apoios e meios eficazes para a realização dos seus fins. Apesar da necessidade de reforço foi positiva a aprovação, em 2006, de uma nova Lei do Associativismo Jovem que reforçou o número de programas de apoio às associações, especialmente ao nível da Formação. Em segundo lugar, porque a intervenção de activistas nos movimentos sociais que prosseguem actividades caras às bandeiras da Juventude Socialista (ambiente, integração de imigrantes, combate às discriminações, planeamento familiar, entre muitas outras) devem ser

apoiados e incentivados a trabalhar com a JS na defesa dos mesmos fins. A vitalidade da JS será tanto maior quando for capaz de dialogar com os movimentos sociais, promover iniciativas conjuntas e realizar os seus objectivos com o maior número de apoiantes possível.

Sem prejuízo de outras apostas na intervenção junto dos movimentos associativos, o movimento sindical, pela sua importância para uma das principais áreas de actuação da JS, o emprego jovem, e pelas raízes umbilicais ao movimento e ideários do socialismo democrático, deve ser objecto de particular atenção no decurso do presente mandato. A criação da Tendência Sindical Jovem Socialista através da ligação em rede dos núcleos de empresa com militantes sindicalizados e da sua representação junto dos órgãos nacionais da JS representa parte dessa aposta. O outro principal vector deve assentar na realização de campanhas internas de promoção da sindicalização dos militantes da JS, da consciencialização, através de acções de formação interna, do relevo do movimento sindical na defesa dos direitos dos trabalhadores e da melhoria da qualidade de vida da população activa, conjuntamente com a tendência sindical socialista e as centrais sindicais.

7.3. Valorizar os Conselhos Municipais de Juventude

A aprovação pela Assembleia da República do projecto de lei apresentado pela Juventude Socialista para a constituição obrigatória de Conselhos Municipais de Juventude em todos os municípios do país veio possibilitar a dinamização de um novo centro de participação qualificada na vida política e social das comunidades locais. Na fase de implementação nacional dos CMJs nas autarquias que ainda não os haviam instituído e de conformação ao novo modelo naquelas que já dispunham daquela estrutura, a JS deve dinamizar a actuação dos municípios para alcançar esse objectivo até ao final do actual mandato autárquico, devendo ainda desenvolver, junto das suas estruturas locais, mecanismos concertados de acompanhamento e valorização dos trabalhos dos Conselhos Municipais de Juventude.

7.4. Formas de participação

Uma das principais formas de combater o risco de afastamento entre as instituições e os cidadãos passa pela aposta no seu envolvimento no processo de tomada de decisões que, sem substituir os mecanismos da democracia representativa, venha aditar uma nova dimensão de participação, enriquecendo as opiniões e a informação ao dispor dos decisores políticos e permitindo mesmo a devolução de decisões a própria comunidade. Neste campo podem desenvolver-se diversas iniciativas de relevo:

- Implementação de Orçamentos participativos, enquanto mecanismos de co-decisão, ao nível autárquico, reservando uma fatia dos recursos municipais para projectos definidos pelos próprios cidadãos eleitores;
- Promoção de mecanismos de consulta pública alargada, particularmente através de meios informáticos e com recurso à internet e especialmente dirigidos a políticas que possam afectar os jovens (habitação, educação, mobilidade, emprego). Mais uma vez, é ao nível autárquico que a eficácia e potencial de sucesso deste tipo de medidas se pode revelar mais frutuoso. Ainda neste contexto, e como condição de acesso à participação, deve reforçar-se a transparência e o acesso à informação, pelo que os sítios para discussão pública on-line de propostas de políticas públicas devem também ter formas ágeis de solicitar e aceder a informação relevante para o processo de participação.
- Associado ao ponto anterior, deve a Administração Pública assegurar igualdade no tratamento dos cidadãos, através da utilização de software livre nos seus sites, particularmente os que contêm informação destinada ao público em geral. Assim se salvaguardará a liberdade de cada utilizador em escolher o software com que quer trabalhar individualmente e se evitará o aparecimento de barreiras desnecessárias ao contacto com a Administração;
- No quadro da discussão de propostas de políticas de Juventude, a JS deve também reivindicar uma configuração dos espaços de participação e diálogo que preveja mecanismos de consulta com base no modelo triangular de construção das políticas de juventude, assente no contacto entre as organizações representativas dos jovens, investigadores e especialistas académicos e decisores políticos;
- Internamente, a JS deve igualmente procurar reforçar a auscultação das estruturas e dos militantes em relação aos documentos e iniciativas essenciais da sua actividade, com recurso ao Portal da organização na Internet e novos meios da sociedade de informação.

8. Mais e melhor descentralização, proximidade e coesão para tod@s

A descentralização democrática do poder político representa uma das principais conquistas da Constituição de 1976 e tem demonstrado funcionar como motor de desenvolvimento do País, de factor de reforço da coesão nacional e de aproximação dos níveis decisórios às populações.

Neste capítulo, a Juventude Socialista deve privilegiar dois eixos de actuação principais: por um lado, preparar as suas estruturas e os seus militantes para a participação política ao nível local, quer na perspectiva da sua formação, quer no que respeita à preparação das próximas eleições autárquicas; por outro lado, a reforma das instituições locais e o processo de regionalização devem ser recebidos pela JS com uma estrutura preparada para o debate e para a participação na mudança que se anuncia para os próximos anos.

8.1. Formação e apoio autárquico

Em primeiro lugar, as estruturas nacionais da JS têm de responder aos anseios das estruturas no que respeita ao apoio à sua actuação local, que representa uma das suas principais valias a nível nacional enquanto organização política de juventude, eliminando qualquer sentimento de afastamento que possa subsistir. A maior parte da agenda política das estruturas locais e concelhias da JS lida com a intervenção nos órgãos municipais e das freguesias, pelo que os órgãos nacionais devem apostar na qualificação, formação e especialização dos militantes nestas áreas. Assim sendo cumprirá assegurar:

- Elaboração de um Plano de Formação Autárquica, em colaboração com todos os níveis das estruturas, e que não se circunscreva ao período pré-eleitoral;
- Descentralização das actividades de formação, cobrindo todos os distritos do território nacional;
- Reforço do apoio logístico às concelhias para que possam desenvolver de forma mais autónoma a sua actividade política;
- Compilação e disponibilização às concelhias de um Guia de boas práticas, para que as estruturas estejam a par da actividade de outras estruturas e possam beneficiar da experiência adquirida por outros militantes e outras estruturas;
- Apoio à realização de dias temáticos à escala nacional, com a disponibilização de material informativo para as concelhias distribuírem pela população;
- Aposta na dimensão autárquica de propostas políticas nacionais, nomeadamente no que respeita a medidas de apoio à habitação jovem, transportes, dinamização de gabinetes de apoio e incubadoras de empresas em apoio ao empreendedorismo jovem, entre outras;

Em segundo lugar, cumpre aumentar significativamente a eficácia da ANJAS, apostando particularmente no apoio aos jovens autarcas eleitos nas listas do Partido Socialista e numa maior coordenação de actividades com os órgãos nacionais da JS, nos termos descritos no ponto anterior. Na esfera da ANJAS deverá residir o apoio jurídico e político aos seus associados, através da divulgação da informação entre os seus membros, do estabelecimento de plataformas de contacto e da partilha de experiências, cabendo articular, com o Secretariado Nacional a apresentação de propostas políticas da JS a assumir pelos jovens autarcas.

8.2. Regionalização, reforma da descentralização, coesão territorial e interioridade

No plano das reformas da administração autárquica, duas questões essenciais poderão vir a decidir-se nos próximos anos, devendo a JS estar pronta a definir a sua posição e estar preparada para o debate nacional que se avizinha.

Em primeiro lugar, a redefinição de atribuições das autarquias locais poderá vir a ser discutida no rescaldo da reforma da administração central do Estado, com novas transferências de tarefas para o plano local. Ainda no plano da reforma das autarquias locais, a reorganização territorial da estrutura administrativa poderá vir a ser debatida, através da racionalização do número de freguesias (particularmente nas grandes áreas urbanas) e da dimensão ideal dos municípios.

Em segundo lugar, o regresso da discussão da regionalização poderá representar nova oportunidade para aproximar o processo decisório dos cidadãos e cidadãs. Importará finalizar o debate interno e preparar a estrutura para a eventual consulta referendária que se seguirá, através de acções de formação e da produção de argumentários e documentos de discussão política. A regionalização pode representar o melhor mecanismo para combater as assimetrias regionais que teimam em aumentar no nosso país, revelar-se também a melhor forma de potenciar a gestão dos recursos regionais e reforçar a democraticidade do sistema político, devendo ser nesses aspectos que o trabalho de reflexão a desenvolver pela JS se deverá mover.

Em terceiro lugar deverá a JS acompanhar as discussões em torno da Regionalização, da descentralização e da promoção da coesão territorial com uma discussão séria sobre interioridade. As estruturas distritais da JS, no interior do país, deverão preparar um pacote de propostas políticas para a interioridade de forma a corrigir assimetrias e promover mais oportunidades para os jovens do Interior. Entre outras propostas deverão estar incluídas nesse pacote:

- O aproveitamento da redução de 5% no IRS para os jovens;
- Isenções de taxa social única para promover o empreendedorismo no interior;

9. Mais e melhor Cooperação internacional para tod@s

9.1. Europa

A identidade da Juventude Socialista está indissociavelmente ligada ao processo de construção europeia. Desde há vários anos que vimos reiterando o nosso compromisso com um projecto federal, de progressivo reforço das competências dos órgãos comunitários, reconhecendo deste modo a principal forma de garantir o aprofundamento do progresso económico e social dos Estados membros, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs da União e a projecção dos valores de democracia e salvaguarda de direitos fundamentais no plano internacional. No contexto da actual situação económica, são diversas as dimensões da crise cuja resposta apenas se consegue alcançar no plano supranacional, agindo a uma voz.

A. Tratado de Lisboa

A prioridade imediata das organizações políticas empenhadas na construção de uma Europa Federal assenta na conclusão do processo de reforma institucional da União Europeia, garantindo a ratificação do Tratado de Lisboa nos Estados-membros que ainda não concluíram os seus processos internos de vinculação. A expectativa em torno do resultado do referendo na República da Irlanda é reveladora da premência em fechar o capítulo da reforma institucional e concentrar esforços na execução das principais prioridades políticas da União, nomeadamente no relançamento da economia na zona Euro, na realização dos objectivos da Estratégia de Lisboa, na preparação dos futuros alargamentos e na afirmação do papel da União no concerto internacional.

No que respeita ao aprofundamento do conhecimento do projecto e das instituições europeias pela população jovem, a Juventude Socialista deve empenhar-se no esclarecimento sobre o aprofundamento democrático introduzido pelo Tratado de Lisboa, nomeadamente no que respeita ao reforço dos poderes do Parlamento Europeu, na introdução da iniciativa legislativa popular a nível europeu, no carácter vinculativo da Carta de Direitos Fundamentais e na maior participação dos parlamentos nacionais no processo legislativo europeu. Mais do que um mero rearranjo de competências e de peso dos órgãos na União, o tratado representa um aumento

da qualidade da democracia europeia, alargando a participação dos cidadãos e a transparência e responsabilização dos órgãos comunitários.

B. Participação política ao nível europeu

No que respeita à participação política dos jovens ao nível europeu, as reformas conexas com a aprovação do tratado vão permitir uma maior intervenção no processo decisório ao nível europeu e vão oferecer novo enquadramento e possibilidades às organizações de juventude. Em lugar de destaque há que fazer referência ao reconhecimento jurídico expresso que a realidade das organizações de juventude dos partidos políticos europeus vai passar a ter, permitindo o enquadramento das suas actividades e acesso reforçado ao apoio das instituições comunitárias. Assim sendo, a JS deve empenhar-se cada vez mais na sua participação no plano europeu, reduzindo a distância que separa as bases da organização das iniciativas e actividades realizadas pela ECOSY. À semelhança do desafio lançado pelo Partido Socialista Europeu em envolver directamente os militantes dos partidos filiados nas suas actividades, através da criação do PES Activists, também as organizações de juventude devem promover o mesmo grau de proximidade e envolvimento entre as estruturas integradas na ECOSY.

As eleições para o Parlamento Europeu em 2009 podem e devem representar um momento galvanizador da participação dos militantes da JS em actividades políticas a nível europeu. Na caminhada para o acto eleitoral, a JS deve assegurar a preparação de contributos para o manifesto eleitoral do Partido Socialista Europeu e envolver os seus militantes na sua discussão.

C. Europa Social

Um dos principais traços característicos do projecto europeu que idealizamos assenta no aprofundamento da dimensão social da construção europeia. Mais do que um mero espaço de integração económica, a União Europeia deve representar a tradução supranacional do modelo social europeu, cujas raízes nos movimentos socialista democrático, social-democrata e trabalhista são incontornáveis.

É insustentável manter ao nível europeu uma política económica praticamente cega a qualquer opção que não se traduza em estrito monetarismo, e que se desenvolve com significativa insensibilidade social. O Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) carece urgentemente de uma radical revisão, permitindo acautelar outros aspectos da política económica para além da estabilidade dos preços. Os baixos índices de crescimento económico registados na Europa nos últimos anos, são consequência de um PEC que asfixia os países da zona euro. Na linha do que a JS tem vindo a defender ao longo dos últimos anos, as políticas orçamentais dos

Estados membros devem ser dotadas de maior flexibilidade, em função das respectivas conjunturas macroeconómicas, e a própria União deve procurar desenvolver mecanismos de intervenção na economia, através de um reforço do orçamento comunitário, nomeadamente no que concerne a intervenção de estabilização macroeconómica. Para além da revisão do modelo e das políticas de governação económica, a implementação de uma Europa empenhada na sua dimensão social deve passar pelo desenvolvimento de políticas públicas em matéria de emprego e de protecção social ao nível comunitário.

D. Alargamento

Enquanto projecto político de integração e de promoção de paz e segurança, a União Europeia é uma das criações políticas de maior sucesso nos últimos séculos. O espaço de prosperidade e de convivência democrática entre os povos da Europa que daí resultou deve, pois, permanecer aberto aos restantes Estados do continente europeu, exigindo-se apenas como condição de acesso a demonstração de respeito pelos valores da União e a capacidade económica de aderir ao mercado comum. A possibilidade de adesão tem representado um estímulo à democratização e ao reforço do Estado de Direito nos países candidatos, tem fomentado a solução pacífica de conflitos nas zonas vizinhas da União e tem motivado a rápida implementação de reformas sociais e económicas estruturantes. A JS deve reiterar a sua convicção no igual tratamento de todos os actuais e potenciais candidatos à adesão, desde a Turquia e países dos Balcãs ocidentais à Ucrânia e países do Cáucaso.

9.2. Comunidade global

A Juventude Socialista sempre orientou a sua actuação política no plano das relações entre Estados no sentido de privilegiar o recurso às instituições internacionais de resolução pacífica de conflitos e de composição de litígios. O reconhecimento da igualdade soberana dos Estados e a necessidade de recorrer aos mecanismos do Direito Internacional Público, abandonando o recurso à força como forma de actuação são princípios estruturantes do nosso ideário e devem continuar a ser objecto de reforçada afirmação.

A prossecução dos objectivos do milénio, particularmente através da realização do diálogo entre movimentos sociais de todos os continentes devem ser o principal guia da nossa actividade no plano internacional. É o reconhecimento do potencial de todos os membros da comunidade global que diferencia a abordagem que propomos para trazer maior justiça nas relações económicas e políticas entre os povos.

O papel da União Europeia nesta tarefa de valorização do multilateralismo é de capital importância, sendo expectável que as alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa venham

agilizar e melhorar a articulação da política externa da União. O compromisso da Europa na defesa dos direitos fundamentais, o seu empenho na intervenção humanitária e no contexto de operações manutenção de paz, por um lado, associados à possibilidade de construir um diálogo transatlântico em pé de igualdade, colocam-na entre os actores internacionais com maior potencial de intervenção eficaz e comprometida com os valores da modernidade e democracia.

Finalmente, no plano da intervenção da JS no espaço lusófono, é determinante apostar na criação de laços institucionalizados entre as organizações políticas de juventude dos partidos que se reclamam do socialismo democrático nos países de língua oficial portuguesa.

10. Um rumo para os próximos dois anos

Na JS sabemos quem somos. Acreditamos na democracia e estamos comprometidos em reforçar a participação política dos cidadãos, especialmente dos mais jovens, em Portugal e na Europa.

Queremos reduzir a desigualdade social entre os cidadãos porque acreditamos que só através de uma desigualdade social reduzida é que poderemos aspirar a viver numa sociedade evoluída, democrática e participada. Queremos promover direitos e liberdades para tod@s e acabar com todas as discriminações que ainda persistem na Lei e na sociedade.

Sabemos que a marca mais desigual entre os jovens portugueses é a sua qualificação. Introduzimos conceitos como a necessidade de uma política de Emancipação Jovem, aludindo para as dificuldades no acesso a um emprego e a uma habitação com dignidade.

Somos regionalistas convictos e queremos mais igualdade no desenvolvimento das regiões do nosso país. Somos Federalistas Europeus e queremos uma Europa mais Social e Coesa.

Não nos deslumbramos com o neo-liberalismo, nem nos revemos numa economia de mercado desregulada que prejudica as economias e as pessoas mais fracas e desfavorecidas. Somos a favor de um desenvolvimento sustentável e queremos conter o aquecimento mundial. Somos pela Paz e pelo respeito dos Direitos Humanos.

É por isso que, num contexto social e económico difícil, perante desafios à mobilização e qualificação da nossa estrutura, são os nossos valores que nos exigem que coloquemos a **JS a Agir por + Igualdade**.